



COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 9.2024-005-PMC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024-PMC

ITENS COM COTA RESERVADA, EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP E ITENS DE AMPLA COMPETIÇÃO

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CURIONÓPOLIS**, Estado do Pará, tendo como interveniente a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, através de seu Gestor, nomeada pela Portaria nº 016/2023-GP, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados a realização de licitação pública, na Modalidade: **PREGÃO**, Forma: **ELETRÔNICA**, Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**, com **AMPLA COMPETIÇÃO**, na data e horário abaixo indicado, visando: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM INTUITO DE ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CURIONÓPOLIS/PA.**

I – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Tal licitação está autorizada conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 021/2024-PMC, com o intuito de selecionar a(s) melhor(es) proposta(s), obedecendo às condições estatuídas neste Edital e seus Anexos, por intermédio da Comissão Permanente de Contratação – CPC, por meio de sua Pregoeira e Equipe de apoio, devidamente nomeados pela Portaria Municipal nº 01, de 29 de janeiro de 2024, realizará licitação, na modalidade: **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 (NLLC), Decreto Federal 11.462/2023, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei nº 8.078, de 11.09.90 - Código de Defesa do Consumidor e Decreto Municipal nº 136 de 10 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital estará disponível gratuitamente no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, no Mural de Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA: <https://www.tcm.pa.gov.br/> → Aba: Serviços → Cidadão → Mural de Licitações → Município → CURIONÓPOLIS. no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Curionópolis ou ainda através do e-mail institucional > comissaoodelicitacao.pmc@curionopolis.pa.gov.br. ou na sala da Comissão Permanente de Contratação: Av. Minas Gerais, 190, Centro.





II – DA SESSÃO PÚBLICA

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - REALIZADO POR MEIO DA INTERNET

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

ORÇAMENTO: ABERTO

DATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME: DIA 12 DO MÊS DE AGOSTO DE 2024.

HORÁRIO: ÀS 09:00 HS (NOVE HORAS).

ENDEREÇO: As propostas iniciais e documentos de habilitação serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.299.225,94 (dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos).

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO. (AMPLA COMPETIÇÃO).

Observação: Não havendo expediente na Prefeitura de Curionópolis ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data definida, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação em contrário.

1. DO OBJETO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

1.1. O objeto da presente licitação é: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM INTUITO DE ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CURIONÓPOLIS/PA, conforme condições, e especificações constantes no instrumento convocatório, no Termo de Referência – Anexo I, e quantidades conforme ANEXO II - Objeto e demais anexos, os quais integram este Edital, independente de transcrição.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar Nº 123/2006 e alterações.





1.3.1. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

1.3.2. Para efeito do disposto no subitem 1.3.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens 1.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 1.3.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto no subitem 1.3.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

1.3.3. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

1.3.4 Para o cumprimento do disposto no subitem 1.3.3, a administração pública estabelece exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.3.4.1 Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (conforme Anexo II), em certames para aquisição de bens de natureza divisível, será estabelecido cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;





1.3.4.2 Quanto ao tipo de participação, são usadas as seguintes nomenclaturas:

- a) CP vinculada ao Item – Cota Principal vinculado ao item ...
- b) CR vinculada ao Item – Cota Reservada vinculado ao item ...

1.3.5. A obtenção do benefício a que se refere o item 1.3 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2. DAS DEFINIÇÕES IMPORTANTES:

2.1. Para efeito deste Edital devem ser consideradas algumas definições importantes, tais quais:

- a) Pregão – modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
- b) Bens e Serviços Comuns – aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações praticadas no mercado;
- c) Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano – Órgão licitante;
- d) Licitante – Pessoa física ou jurídica, que participa ou manifesta a intenção de participar do processo licitatório, sendo-lhe equiparável, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;
- e) Licitante vencedora – Pessoa física ou jurídica, habilitada neste procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa;
- f) Sistema de Registro de Preços – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;
- g) Ata de Registro de Preços – documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;
- h) Órgão Gerenciador – órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, neste caso o Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano;
- i) Órgão participante – Órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;
- j) Órgão Não Participante – Órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;
- k) Beneficiária da Ata – A licitante vencedora que assinou a Ata de Registro de Preços;





- l) Contratada – A Beneficiária da Ata que assinou o contrato referente ao objeto deste certame licitatório;
- m) Contratante – Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano.
- n) O Horário para atendimento ao público é das 08h às 11h30min e das 14h às 17h.
- 2.2.** Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos;
- 2.2.** Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos;
- 2.3.** Lei nº 8.078, de 11.09.90 - Código de Defesa do Consumidor;
- 2.4.** Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações posteriores, que institui o Estatuto Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 2.5.** Decreto Municipal nº 136, de 10 de janeiro de 2024, que dispõe sobre normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Curionópolis, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 2.6.** Decreto Federal 11.462/2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

- 3.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 3.2.** A impugnação deverá ser enviada por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**.
- 3.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação de propostas.
- 3.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**.
- 3.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.7.** A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.8.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento, bem como disponibilizado no Portal da Transparência Pública Municipal e no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Município do Estado do Pará – TCM/PA.





3.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente ou ainda encaminhada por meio diverso ao determinado neste edital.

3.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1. Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, atendam aos requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital, comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos neste edital e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

a) A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4.2. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

- a)** Pessoas físicas não empresárias;
- b)** Servidor ou dirigente do(a) órgão gerenciador ou de órgãos participantes do certame.
- c)** O autor do Termo de Referência, Anexo I deste edital, pessoa física ou jurídica.
- d)** As sociedades empresárias:

I. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

II. Que integrem o Cadastro Municipal de Empresas Punidas – CMEP emitido pela Prefeitura Municipal de Curionópolis – Pará.

III. Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);

IV. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e no âmbito deste município.

V. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;





VI. Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

VII. Cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do órgão licitante em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;

VIII. Estrangeiras que não funcionem no país;

IX. Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

4.3. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.

4.4. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).

4.5. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), Cadastro Municipal de Empresas Punidas – CMEP, para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

a) Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página: www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

a) O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à(o) órgão licitante responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.





5.4. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.6. O Pregão será conduzido pela Prefeitura de Curionópolis - PA, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente o envio da proposta.

6.2. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de duas horas, prorrogável uma única vez por igual período de ofício ou por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro.

6.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta;

6.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA:

7.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br** e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

a) A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.





7.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;
- b) Descrição detalhada do objeto conforme edital, indicando ainda, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia;
- c) Qualquer descrição que venha a identificar a proponente antes do fim da fase de lances ensejará na desclassificação imediata da proposta de preços, vez que ocorrerá, mesmo que involuntariamente, a quebra de sigilo da proposta.

7.3.1 Serão desclassificadas e/ou recusadas as propostas:

- a) que não atendam às exigências do ato convocatório constante no item 7, ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;
- b) que contiverem valores condicionado a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações on-line, fornecidas pelo Sistema deste Pregão Eletrônico.

a) Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

I. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) Declaração de atendimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.





7.8. As declarações exigidas neste edital deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com os documentos de habilitação.

a) Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133, de 2021, além da desclassificação no certame.

7.9 Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/21, como requisito de pré-habilitação, a licitante deverá apresentar a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor de 1% (um por cento) **do valor estimado da proposta da empresa proponente**, nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21, **JUNTAMENTE COM COMPROVANTE DE PAGAMENTO**, quando se tratar de seguro garantia.

7.9.1 PARA CELERIDADE AO PROCESSO DE ANÁLISE, JUNTAMENTE COM O TERMO DE GARANTIA, A PROPONENTE DEVE ENVIAR, DIGITALIZADA, A PROPOSTA INICIAL SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um) centavo, podendo, no ato da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a), estabelecer outro valor, caso haja necessidade.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.9.1. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.





a) Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11. O modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





8.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:





8.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.19.2.2. empresas brasileiras;

8.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.20.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada (realinhada) ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.20.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO EMPATE:

9.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item **9.1**, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do **item 10** e seguintes;





- c) Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- e) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- f) Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do item 10 e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.
- g) O disposto nas alíneas de a) a f), somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- h) A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

9.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, cuja as ofertantes não possuam margem de preferência, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021

9.3. Aplica-se o disposto neste item às situações em que as ofertas apresentadas pelas Microempreendedor Individual, Micro Empresa e Pequena Empresa porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido;

9.4. Caso não exista Microempreendedor Individual, Micro Empresa e Pequena Empresa, que se enquadre na margem de preferência, será verificada a existência de empresas que se enquadrem na situação descrita no *caput* para que seja considerada vencedora do certame;

9.5. A verificação da possibilidade de aplicação da preferência de contratação será realizada após a verificação do empate ficto discriminado no item 9.1 deste edital, caso após a realização do desempate se verifique a existência Micro e/ou Pequenas Empresas que se enquadrem nos termos do item 9.3 deste edital, estas terão o benefício da preferência de contratação, podendo estas, cobrir o ultimo preço ofertado

9.6. No caso de não haver disputa de lances entre MEs/EPPs, ou mesmo não haver nenhuma MEs / EPPs no certame, será julgado o item exclusivo como fracassado e republicado o edital, se assim o órgão solicitante do processo fazer novo pedido de licitação.

9.7. Quando não houver disputa de lances entre licitantes devidamente credenciadas e enquadradas na condição de MEs / EPPs, porém a provável única participante oferta desconto satisfatório na fase de negociação, ou ainda no caso dos itens com cotas, não haja grande diferença de preço entre o valor de cota reservada e a cota principal em razão da falta de competitividade entre empresas de pequeno porte, o item será adjudicado a favor da MEs / EPPs, sem prejuízo a escolha da oferta mais vantajosa a administração.

9.8. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo “Valor Negociado”, com a devida justificativa.





10. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

10.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Será aplicado até 2 (duas) horas para negociação, conforme a necessidade, bem como a manifestação das licitantes sobre o cancelamento de qualquer lance que tenha sido dado de forma errônea durante a fase de lances.

10.4. DAS AMOSTRAS:

10.4.1. Serão solicitadas amostras na fase de julgamento que facilitem a identificação das características do produto ofertado e outras informações pertinentes, por meio de catálogos ou folhetos, encaminhados por meio eletrônico e os produtos deverão ser de 1ª linha com ótimo padrão de qualidade, designer moderno, de acordo com os padrões usuais de mercado, com Selo Procel, quando aplicável (eletroeletrônicos), identificação do fabricante, com excelente desempenho, marca, modelo e demais características e especificações técnicas essenciais pertinentes que permita a aferição de seu padrão de qualidade e desempenho, certificação das normas ISO e/ou INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e demais normas pertinentes.

10.4.2. Os produtos deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item.

10.4.2.1. JUSTIFICATIVA DAS AMOSTRAS

A finalidade da amostra por meio de documentos complementares é permitir a Administração aferir a compatibilidade material entre o objeto ofertado pelo licitante e a solução hábil a satisfazer sua necessidade. Nesse sentido, será cabível a exigência de amostra quando uma análise meramente formal da proposta versus edital não for suficiente para conferir segurança à Administração quanto à adequação do objeto ofertado pelo particular. Seguindo essa mesma diretriz, explica Renato Geraldo Mendes:

"A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no edital. Com a amostra, pretende-se reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá à necessidade da Administração. (Destaquei).

No âmbito da Administração, ainda é objeto de questionamentos, contudo, a exigência de amostras no pregão eletrônico é tema sobre o qual a jurisprudência do TCU vem se manifestando favoravelmente, como mencionado em recente decisão da Corte de Conta Federal, noticiada em seu Informativo de Licitações e Contratos nº 167:

"(. Nesse passo, entendeu o relator que a exigência de amostras, quando requerida apenas do licitante classificado em primeiro lugar, é perfeitamente compatível com as





peculiaridades da modalidade pregão, já que garante a presteza, a perfeição e a eficiência do procedimento sem comprometer a sua celeridade". Ademais, no que respeita à alegação de que o pregão eletrônico seria inviável na hipótese sob exame, consignou que "além de ampliar a competição, o pregão eletrônico não é incompatível com a exigência de amostras, caso o gestor considere-a indispensável, devendo, contudo, caso se trate de aplicação de recursos federais, exigi-la apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar: Nesses termos, o Tribunal, ao acolher a tese da relatoria, negou provimento ao recurso, mantendo inalteradas as determinações questionadas. Acórdão 2368/2013-Plenário, TC035.358/2012-2, relator Ministro Benjamin Zymler, 4.9.2013. (Informativo TCU nº 167. período 03 e 04 de setembro de 2013) (Destaquei)

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço e a sua exequibilidade.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

a) A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado, ou;

b) Quando solicitado a correção da proposta final e a licitante não realizar no prazo definido pelo Pregoeiro.

11.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

11.4. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

a) Na hipótese de existirem propostas com indícios de inexequibilidade, consoante com o disposto nos incisos III dos arts. 11 e 59 da Lei nº 14.133/21, para análise da viabilidade, a licitante deverá apresentar, em até 2 (duas) horas, após a solicitação expressa do Pregoeiro no chat, a planilha de composição de custos e formação de preços – Anexo XI.

b) Nestes termos, recomenda-se às licitantes que, desde logo, prepararem as planilhas de composição de custos e formação de preços para apresentarem durante o certame, quando solicitadas pelo Pregoeiro.

c) A planilha deverá ser apresentada juntamente com nota fiscal de entrada do produto, com data anterior a abertura do certame, com o fito de demonstrar o valor de compra.

d) O Pregoeiro, em caso de dúvidas, poderá solicitar comprovantes das informações prestadas, especialmente quanto aos percentuais ou custos informados de impostos, taxas, frete e demais despesas apresentadas nas composições de custos.





11.5. Concluída a eventual análise de exequibilidade, vez que o certame será julgado por ITEM, o Pregoeiro solicitará a proposta readequada.

11.5.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá seguir os mesmos termos do item 7 deste edital.

11.6. Concluída a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro dará seguimento a fase de habilitação.

11.7. O Pregoeiro, a seu critério, poderá requisitar catálogos, folhetos, folders, fotos ou outra forma de comprovação de que os produtos ofertados atendem a especificação, que deverão ser encaminhados como diligência.

a) A arrematante deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado;

11.8. O não envio da proposta ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

11.9. Os prazos de envio de diligências e da proposta final poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do licitante e aceita pelo Pregoeiro; ou, de ofício, a critério do Pregoeiro.

11.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

11.11. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender à exigência deste edital.

11.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

a) Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos **itens 09 e 11**.

11.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

11.14. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina estabelecida no **item 09** deste edital, se for o caso.

12. DA HABILITAÇÃO:

12.1. Os documentos de habilitação são os necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser emitidos pela(s) participante(s), até a data da solicitação feita pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro..





12.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do(s) licitante(s) vencedor(s), os documentos deverão ser apresentados em formato digital, de preferência em arquivo único e na ordem definida nesse edital.

12.3. Os documentos deverão ser anexados no prazo de duas horas, após solicitação do Pregoeiro, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa plausível aceita pelo Pregoeiro; ou, de ofício, a critério do Pregoeiro.

12.4. Serão exigidas, para fins de habilitação, as seguintes declarações:

a) Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

b) Declaração de atendimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.5. Ainda, serão exigidos, para fins de habilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à regularidade fiscal, social e trabalhista e à qualificação econômico-financeira, conforme a seguir delineados.

12.6. Relativos à Habilitação Jurídica: A documentação jurídica a ser apresentada por cada licitante limitar-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, devendo a existência da pessoa jurídica ser comprovada através de um dos documentos a seguir, conforme o tipo societário, devidamente acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da Assembleia nº a que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;





g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. Relativa à Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, a 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, que apresentem no mínimo as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica emitente, nome e cargo do signatário, endereço completo do emitente, período de vigência do contrato, quando houver, objeto contratual, itens e quantitativos executados e outras que entenda necessária;

I – O(s) atestado(s) deverá(ão) possuir informações suficiente para qualificar e quantificar o fornecimento, objeto deste pregão, bem como possibilitar a administração confirmar sua veracidade junto ao(s) emissor(es) do(s) atestado(s). A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, endereço atual da contratante, telefone e e-mail atual.

b) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c) Alvará de Funcionamento, emitido pelo órgão competente do município onde fica a sede da licitante ou a sua dispensa.

12.8. Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual/Distrital, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

I – Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a prova de regularidade, quitação ou positiva com efeito de negativa, quando a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, quando esta não for parte de Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art.7º da Constituição Federal;

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. Serão aceitos, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:





I – Empresas optantes pelos sistemas tradicionais de escrituração, incluindo Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e assemelhados, deverão apresentar original ou fotocópia do documento de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis;

II – Empresas optantes pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), incluindo Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e assemelhados, deverão apresentar original ou fotocópia do documento de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis; juntamente com o comprovante de recibo de entrega de escrituração Contábil Digital;

III – Sociedade constituída no exercício em curso: original ou fotocópia do Balanço de Abertura;

IV – Sociedade constituída a menos de dois anos: original ou fotocópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício.

b) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b1) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), nos dois exercícios apresentados, que deverão ser maiores ou igual a 1,0 (um) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG (LIQUIDEZ GERAL) =

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL
EM LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL
EM LONGO PRAZO

SG (SOLVÊNCIA GERAL) =

ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL
EM LONGO PRAZO

LC (LIQUIDEZ CIRCULANTE) =

ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

b2) As fórmulas acima deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

b3) caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro poderá solicitar Parecer Técnico do Departamento de Contabilidade no intuito de auferir os resultados.

b4) A licitante que apresentar em seu Balanço resultado menor do que 1 (um) em qualquer dos índices acima ou na ausência da apresentação destes, fica obrigada a comprovar, na data de apresentação da documentação, possuir o total do Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação, podendo o(a) Pregoeiro(a) solicitar Parecer Técnico para auferir quaisquer dúvidas.





c) **DECLARAÇÃO**, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital, acompanhada da **CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO** do profissional responsável pela assinatura dos índices apresentados.

d) Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

12.10. Orientações gerais sobre a habilitação:

a) Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

b) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64):

I – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

III – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, via diligência, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas sob pena de inabilitação.

c) Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da licitante, se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) As certidões ou documentos que não apresentem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão. Não se enquadram no prazo os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

e) As declarações exigidas neste edital deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com os documentos de habilitação.

f) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I – Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;





II – Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

III – Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

g) Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

h) Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo Pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

i) No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

j) No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

k) Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

l) Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

m) Fica entendido que os documentos e informações apresentados no curso do certame são complementares entre si, de tal forma que qualquer omissão em determinado documento possa ser suprido com informação constante em outro, ainda, qualquer documento ou informação apresentado na em qualquer fase do certame servirá para complementar fase posterior, caso necessite.

n) A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar todas as certidões previstas neste edital, ainda que com restrições, na forma do art. 43 da LC n. 123/06 alterada pela LC n. 147/14. A sua contratação será condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.





- o) O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - p) O benefício não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
 - q) A não regularização da documentação, no prazo fixado na alínea m), implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das penalidades previstas no item 19 e seus subitens, deste Edital.
 - r) É facultado a administração realizar diligências para sanar falhas ou vícios nos documentos apresentados, inclusive para verificar a veracidade, especialmente em relação aos atestados de capacidade técnica, podendo ser solicitado notas fiscais de entrada e saída, contratos e demais documentos comprobatórios, assim como consultar portais públicos em caso de atestados emitidos por órgãos da administração pública.
- s) A NÃO APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO** do profissional responsável pela assinatura dos índices apresentados não será passível de inabilitação da licitante.

13. DOS RECURSOS:

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 20 (vinte) minutos.

13.1.1 Caso haja manifestação de intenção de recurso administrativo, esta deve ser discriminada sua motivação, devendo a reclamante evitar manifestações genéricas.

- a) A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- b) Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

c) Os interessados que porventura queiram ter vistas do processo licitatório poderão comparecer à sede da Prefeitura de Curionópolis, situada à Av. Minas Gerais, nº 190, Centro, dentro do horário de atendimento ao público para obtenção da vista processual.

13.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

a) As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (E-mail, fax, correspondência, etc).

13.3. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informando a autoridade superior para a decisão final no prazo de 10 (dez) dias úteis.





13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Quando houver erro na aceitação do preço ou dos documentos de habilitação do vencedor ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

c) Na hipótese de a sessão ser suspensa de ofício, mediante decisão judicial ou acautelatória;

d) No caso de desconexão.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3. O reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.4 Não se aplica o prazo disposto na cláusula anterior se no ato de suspensão for definido data e horário para retorno da sessão.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.1. Sem prejuízo do disposto no Decreto Federal 11.462/2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços referente ao fornecimento de produtos será formalizada e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste Ato Convocatório.

16.2. A minuta da Ata de Registro de Preços que será firmada entre a(s) licitante(s) vencedora(s) e A CONTRATANTE é parte integrante deste Edital – Anexo X.





16.3. Não serão aceitos quantitativos inferiores ao máximo previsto no edital.

16.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

16.5. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata oriunda do presente processo.

16.6. Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

16.7. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados ou repactuados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preços ou ainda, a qualquer tempo:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

b) Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

16.8. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores para estabelecer o novo valor.

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

16.9. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nos casos de interesse público, cancelamentos de todos os preços registrados ou a pedido do fornecedor em caso fortuito ou de força maior.

16.11. A Administração da CONTRATANTE convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, assinar a ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação.

16.12. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

16.13. Para assinatura da Ata de Registro de Preços a licitante vencedora deverá comprovar que mantém as condições de habilitação.





16.14. Fica a cargo da administração quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos ou na ocasião de cancelamento, chamar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

16.15. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º, Art. 90, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.16. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

- a) O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos da alínea a) da cláusula 16.7.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

17.1. Após a assinatura da ata de registro de preços e durante o seu período de vigência, a beneficiária será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho, conforme conveniência da administração.

17.2. O contrato a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e observará os termos contidos na minuta Anexo IX deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

17.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

- a) O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.
- b) A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital e em Lei.

c) A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame deverá(ão) possuir Certificado Digital, (ICP-Brasil-A3), conforme resolução nº11.536/TCM de 01 de julho de 2014, para assinatura do contrato e demais documentos específicos a prestação de contas junto ao mural de licitações do tribunal de contas dos municípios do estado do Pará.





17.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos da cláusula anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.7. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

17.8. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições previstas na legislação aplicável ao caso.

17.9. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.

17.10. O objeto da licitação deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento definidas no Contrato, anexo IX, ou instrumento equivalente.

18 DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

18.1 Após a homologação da licitação, serão observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

18.1.1- Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 15, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023;

18.1.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

18.1.3 - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

- a) O registro a que se refere o item 18.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a letra “a” do subitem 18.1.2, antecederão aqueles de que trata a letra “b” do referido inciso.





c) A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do **caput** e o § 1º, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

18.1.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, ALÉM DAQUELAS PREVISTA NO TERMO DE REFERÊNCIA:

19.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

19.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, diretas ou indiretas, decorrentes da prestação dos serviços.

19.3. Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste edital.

19.4. Comprovar, quando solicitado, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados, relativos à prestação dos serviços relacionados com o objeto contratado.

19.5. Constitui obrigação da contratada o cumprimento integral das obrigações e exigências constantes no Termo de Referência e no Contrato, Anexos I e IX ao presente edital.

19.6. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como:

- a) Taxas, impostos e contribuições;
- b) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

19.7. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes do orçamento, devidamente aprovado pela Autoridade superior da CONTRATANTE.

19.8. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;





19.9. Ser responsável pelos danos causados diretamente A CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos produtos em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

19.10. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos produtos objeto deste Pregão;

19.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

19.12. Substituir qualquer produto que não atenda às especificações deste Edital;

19.13. Comunicar por escrito ao responsável pelo Departamento de Compras da CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

19.14. Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos;

19.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão;

19.16. Assumir, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão;

19.17. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com A CONTRATANTE;

19.18. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência do contrato;

19.19. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE;

19.20. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Pregão;

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, ALÉM DAQUELAS PREVISTA NO TERMO DE REFERÊNCIA:

20.1. Indicar o Fiscal ou Gestor do Contrato.

20.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada

20.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.





20.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço prestado.

20.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer, débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.

21. DA FISCALIZAÇÃO:

21.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado pelo contratante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

21.2. As regras de fiscalização, recebimento, atesto e pagamento estão definidas na minuta contratual, Anexo IX deste Edital ou no instrumento equivalente.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, ALÉM DAQUELAS PREVISTA NO TERMO DE REFERÊNCIA:

22.1. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133 de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

22.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





I) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.3. A Administração poderá aplicar sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e, ainda, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme previsto no art. 153 da Lei nº 14.133/21.

22.4. Na aplicação das sanções serão considerados, a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

22.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.6. A sanção de multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

22.7. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.9. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

22.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao contratante, observado o princípio da proporcionalidade.





23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A Secretaria Municipal de Gerenciadora da Ata poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

a) A anulação do pregão induz à do contrato.

b) A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.2. É facultado à autoridade superior ou o Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.3. Os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se aplicam, a itens ou lotes, cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

23.4. Os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficam limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

23.5. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

23.7. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura de Curionópolis.

23.8. Os horários estabelecidos neste edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

23.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.10. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

23.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.





a) A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas neste edital.

23.12. O foro da Cidade de Curionópolis, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

23.13. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), via pedido de esclarecimento a ser protocolado na forma definida no presente edital.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br e também no portal da transparência pública municipal no link <http://www.curionopolis.pa.gov.br/transparencia/>, inserindo os termos de busca, assim como no Mural de Licitações do TCM/PA.

23.15. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, na sede da Prefeitura de Curionópolis, situada à Av. Minas Gerais, nº 190, Centro, dentro do horário de atendimento ao público para obtenção da vista processual e ainda as partes essenciais do processo disponíveis no sítio eletrônico <http://www.curionopolis.pa.gov.br/transparencia/>, inserindo os termos de busca.

24. ANEXOS:

24.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Planilha de formação de preços – Objeto;
- c) ANEXO III – Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;
- d) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração de conhecimento;
- f) ANEXO VI – Modelo de Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação e Veracidade;
- g) ANEXO VII – Modelo de Declaração que Cumpre as Exigências de Reserva de Cargos;
- h) ANEXO VIII – Modelo de Declaração que a proposta compreende a integralidade dos custos;
- i) ANEXO IX - Minuta de Contrato;
- j) ANEXO X – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- k) ANEXO XI - Planilha de composição de custos e formação de preços;
- l) ANEXO XII – Modelo de Cadastro reserva.

Curionópolis, 23 de julho de 2024

Daniel de Jesus Macedo
Pregoeiro





ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo definir os conjuntos de elementos que norteiam o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM INTUITO DE ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CURIONÓPOLIS/PA, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhadas neste Termo de Referência.

1.2. Para a contratação do referido objeto, solicitamos que a contratação seja realizada através de Licitação na Modalidade Pregão, pelo Sistema de Registro de Preços, critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerando o fornecimento eventual e parcelado, de acordo com a demanda estimada pela Unidade Requisitante.

1.3. O objeto em tela se caracteriza como de natureza comum por conter padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano é responsável pela manutenção da iluminação pública da deste município, incluindo a substituição de materiais danificados e a realização de manutenção preventiva e corretiva. A iluminação pública desempenha um papel crucial na segurança dos pedestres e na redução de acidentes de trânsito, além de garantir o acesso seguro da população aos serviços públicos.

A necessidade da materiais para iluminação pública, com a finalidade de garantir cuidados com a iluminação das vias públicas, visando o bem-estar e a segurança da comunidade, assim como, contribuir com a iluminação dos prédios públicos proporcionando qualidade no ambiente de trabalho e no atendimento à população..

Optou-se pelo Registro de Preços através de Pregão Eletrônico em virtude da imprevisibilidade quantitativa dos bens ao longo do ano, o que inviabiliza qualquer pretensão de definição exata de quantitativos fixos para a aquisição em tela.

Os itens objeto deste documento possuem natureza bens comuns, com características usuais no mercado, que podem ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, no qual se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, bem como sendo objeto de baixa complexidade em sua contratação. Deve se destacar que os itens pretendidos não possuem natureza continuada, pois os mesmos serão executados em momentos isolados que não possuem frequência certa, além disso, ocorrerão conforme planejamento das ações dos setores requisitantes.





Dada a peculiaridade do objeto na esfera federativa local, optar-se-á pela não divulgação da Intenção de Registro de Preços, conforme preconiza o Decreto Municipal nº 136, de 10 de janeiro de 2024, conforme já justificado nos autos deste procedimento administrativo. Ressaltamos que ao não publicar a intenção do sistema de registro de preços, a entidade licitante mantém uma posição estratégica durante as negociações com os fornecedores. Isso permite uma maior flexibilidade para obter condições mais favoráveis, como preços competitivos, além do fato de se evitar práticas antiéticas, como a formação de cartéis entre os fornecedores interessados. Ao manter essa informação confidencial na fase interna, a entidade licitante pode reduzir o risco de cartelização e garantir um processo de licitação mais justo e transparente. Ademais, a não divulgação da intenção do sistema de registro de preços pode incentivar os fornecedores a apresentarem propostas mais inovadoras e competitivas, uma vez que não terão conhecimento prévio das estratégias dos concorrentes. Isso pode resultar em soluções mais eficientes e econômicas para a aquisição do objeto pretendido.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Nas propostas deverão constar as ESPECIFICAÇÕES dos objetos, os produtos fornecidos deverão ser de boa qualidade, obedecendo às boas práticas de execução e as normas e padrões descritos e citados neste Termo de Referência, a fim de atender eficazmente às finalidades, conforme determina a finalidade e o emprego para a contratação deste Termo de Referência, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhadas conforme disposições a seguir:

3.2. Especificações do Objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ABRACADEIRA NYLON 4,8 X 250 MM - PACOTE COM 100 UNIDADES		30	PACOTE	35,90	1077,00
02	ABRACADEIRA NYLON 4,8 X 350 MM - PACOTE COM 100 UNIDADES		30	PACOTE	46,70	1401,00
03	BASE PARA RELÉ FOTOELETRICO		300	UNIDADE	14,38	4314,00

Especificação: Tomadas para Relés com suporte de plástico, conector padrão ABNT NBR-5123, fácil instalação em postes e paredes, permite giro de 360°, capacidade: 15A 127V~/ 10A 220V~.

04	BOCAL PARA SOQUETE DE PORCELANA E27 SEM RABILHO 150W		150	UNIDADE	5,03	754,50
05	CABO DE ALUMINIO DUPLEX 10MM		500	METRO	5,35	2675,00

Especificação: cabo multiplexado duplex 1 x 100 mm + 1 x 100 mm² 0,6/1kV, com condutor de fase com alumínio 1350, sólido ou com encordoamento redondo compactado. Isolção : Camada extrudada de polietileno termoplástico ? PE para classe térmica de 70°C, na cores na de acordo padrões CEMAT cinza, preta, vermelha e Condutor de Neutro de alumínio 1350 H19 com encordoamento redondo, não isolado. De acordo a norma ABNT NBR 8182 Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV - Requisitos de desempenho unidade de fornecimento: metro.





06	CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX 35MM		300	METRO	27,11	8133,00
----	----------------------------------	--	-----	-------	-------	---------

Especificação: cabo multiplexado quadruplex 3 x 350 mm + 1 x 350mm² 0,6/1kV, com condutor de fase com alumínio 1350, sólido ou com encordoamento redondo compactado. Isolação : Camada extrudada de polietileno termoplástico ? PE para classe térmica de 70°C, na cores na de acordo padrões CEMAT cinza, preta, vermelha e Condutor de Neutro de alumínio 1350 H19 com encordoamento redondo, não isolado. De acordo a norma ABNT NBR 8182 Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV - Requisitos de desempenho unidade de fornecimento: metro.

07	CABO DE ALUMÍNIO TRIPLEX 10MM		500	METRO	7,15	3575,00
----	-------------------------------	--	-----	-------	------	---------

Especificação: cabo multiplexado triplexplex 2 x 10 mm + 1 x 10mm² 0,6/1kV, com condutor de fase com alumínio 1350, sólido ou com encordoamento redondo compactado. Isolação : Camada extrudada de polietileno termoplástico ? PE para classe térmica de 70°C, na cores na de acordo padrões CEMAT cinza, preta, vermelha e Condutor de Neutro de alumínio 1350 H19 com encordoamento redondo, não isolado. De acordo a norma ABNT NBR 8182 Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV - Requisitos de desempenho unidade de fornecimento: metro.

08	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 10MM (AZUL)		250	METRO	12,37	3092,50
----	---	--	-----	-------	-------	---------

Especificação: cabo flexível 750v 10,00mm² cor: azul fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

09	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 10MM (PRETO)		250	METRO	12,27	3067,50
----	--	--	-----	-------	-------	---------

Especificação: cabo flexível 750v 10,00mm² cor: preto fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

10	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 10MM (VERMELHO)		250	METRO	12,48	3120,00
----	---	--	-----	-------	-------	---------

Especificação: cabo flexível 750v 10,00mm² cor: vermelho fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

11	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 6MM (PRETO)		300	METRO	8,68	2604,00
----	---	--	-----	-------	------	---------

Especificação: Cabo flexível 750v 6,00mm² cor: preto fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

12	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 6MM (VERMELHO)		300	METRO	8,79	2637,00
----	--	--	-----	-------	------	---------

Especificação: Especificação: cabo flexível 750v 4,00mm² cor: vermelho fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

13	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 4MM (AZUL)		300	METRO	5,99	1797,00
----	--	--	-----	-------	------	---------





Especificação: cabo flexível 750v 4,00mm² cor: azul fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

14	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 4MM(PRETO)		300	METRO	5,87	1761,00
----	--	--	-----	-------	------	---------

Especificação: cabo flexível 750v 4,00mm² cor: preto fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

15	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 4MM (VERMELHO)		300	METRO	5,78	1734,00
----	--	--	-----	-------	------	---------

Especificação: Cabo flexível 750v 4,00mm² cor: vermelho fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

16	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 2,5MM (AZUL)		500	METRO	3,53	1765,00
----	--	--	-----	-------	------	---------

Especificação: Cabo flexível 750v 2,50mm² cor: azul fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

17	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 2,5MM (PRETO)		500	METRO	3,72	1860,00
----	---	--	-----	-------	------	---------

Especificação: Cabo flexível 750v 2,50mm² cor: preto fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 Condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

18	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 2,5MM (VERMELHO)		500	METRO	3,81	1905,00
----	--	--	-----	-------	------	---------

Especificação: cabo flexível 750v 2,50mm² cor: vermelho fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

19	CABO PP 2X2,5MM		500	METRO	11,38	5690,00
----	-----------------	--	-----	-------	-------	---------

Especificação: Cabo PP 2 x 2.5 mm² 450 / 750V fios de cobre eletrolítico seção circular tempera mole classe 4 de encordoamento isolamento e cobertura externa à base de policloreto de vinila (PVC) resistente a chama classe térmica 70° C para isolamento e 60° C para cobertura externa (NBR 13249): NBR 7288 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de Policloreto de Vinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1kV a 6kV unidade de fornecimento: metro

20	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 1KV 25MM		300	METRO	40,04	12012,00
----	---------------------------------	--	-----	-------	-------	----------

Especificação: Cabo Flexível 25.0 MM² 1KV fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 5 de encordoamento (NBR NM 280) isolamento à base de composto de PVC sem chumbo antichama classe térmica 70°C e deverá atender as normas: NBR 7288 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de Policloreto de Vinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1kV a 6kV NBR 6245 - Determinação do Índice de Oxigênio NBR 5111 - Fios de Cobre nu de seção circular para fins elétricos unidade de fornecimento: metro.

21	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 1KV 35MM		300	METRO	51,92	15576,00
----	---------------------------------	--	-----	-------	-------	----------





COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



Especificação: Cabo Flexível 35.0 MM² 1KV fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 5 de encordoamento (NBR NM 280) isolamento à base de composto de PVC sem chumbo antichama classe térmica 70°C e deverá atender as normas: NBR 7288 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de Policloreto de Vinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1kV a 6kV NBR 6245 - Determinação do Índice de Oxigênio NBR 5111 - Fios de Cobre nu de seção circular para fins elétricos unidade de fornecimento: metro.

22	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 3/8		10	UNIDADE	22,84	228,40
<i>Especificação: Grampo em cobre para haste de aterramento 3/8" para cabos de 6 a 50 mm².</i>						
23	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 150MM		200	UNIDADE	39,39	7878,00
<i>Especificação: Composto por Polímero, Elastômero e Cobre Eletrolítico, Condutor principal: 16mm - 150mm, Condutor derivação: 4mm - 35mm. Aplicação: Condutores isolados de alumínio e/ou cobre com isolações em XLPE / PE (0,6 / 1 kV) e/ou PVC (750V)</i>						
24	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 70MM		900	UNIDADE	17,81	16029,00
<i>Especificação: Composto por Polímero, Elastômero e Cobre Eletrolítico, Condutor principal: 16mm - 150mm, Condutor derivação: 4mm - 35mm.</i>						
25	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 90MM		200	UNIDADE	27,11	5422,00
<i>Especificação: Composto por Polímero, Elastômero e Cobre Eletrolítico, Condutor principal: 16mm - 150mm, Condutor derivação: 4mm - 35mm.</i>						
26	DISJUNTOR BIPOLAR 25 AMPERES		20	UNIDADE	41,32	826,40
<i>Especificação: Disjuntor Din Curva C 25A Quantidade de Pólos 2 pólo(s) Tipos de Pólos Bipolar Altura 85,1 mm Largura 36 mm Profundidade 58,3 mm.</i>						
27	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMPERES		20	UNIDADE	39,26	785,20
<i>Especificação: Disjuntor Din Curva C 40A Quantidade de Pólos 2 pólo(s) Tipos de Pólos Bipolar Altura 85,1 mm Largura 36 mm Profundidade 58,3 mm.</i>						
28	DISJUNTOR BIPOLAR 63 AMPERES		10	UNIDADE	42,40	424,00
<i>Especificação: Disjuntor Din Curva C 63A Quantidade de Pólos 2 pólo(s) Tipos de Pólos Bipolar Altura 85,1 mm Largura 36 mm Profundidade 58,3 mm.</i>						
29	DISJUNTOR BIPOLAR 16 AMPERES		40	UNIDADE	38,48	1539,20
30	DISJUNTOR MONOPOLAR 25 AMPERES		40	UNIDADE	15,74	629,60
31	ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 03H 500MM		40	UNIDADE	10,15	406,00
<i>Especificação: Elo de distribuição até 36,2kV, Corrente Nominal 1A, Curva tipo H, Cabeça fixa, Comprimento : 500mm.</i>						
32	ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 05H 500MM		40	UNIDADE	9,88	395,20
<i>Especificação: Elo de distribuição até 36,2kV, Corrente Nominal 1A, Curva tipo H, Cabeça fixa, Comprimento : 500mm.</i>						
33	FITA ISOLANTE 10M		300	UNIDADE	7,46	2238,00
<i>Especificação: Material: PVC Largura: 18 mm Comprimento: 10 m Temperatura Máxima: 90° C Voltagem: 750 V Propriedades: Antichamas Normas: NBR NM 60454-3-1 Marcas de referência: Semelhante a Scotch Fox Lux Steck.</i>						
34	FITA ISOLANTE 20 M		500	UNIDADE	11,27	5635,00
<i>Especificação: Material: PVC Largura: 18 mm Comprimento: 20 m Temperatura Máxima: 90° C Voltagem: 750 V Propriedades: Antichamas Normas: NBR NM 60454-3-1 Marcas de referência: Semelhante a Scotch Fox Lux Steck</i>						
35	FITA ISOLANTE AUTO FUSÃO 10M		50	UNIDADE	28,28	1414,00





Especificação: Material: Borracha Largura: 19 mm Comprimento: 10 m Espessura: 0,76mm (±10%)
Temperatura Máxima: 90° C Isolamento Primário: ?69kV Alongamento: 700% Propriedades: Antichamas
Normas: NBR NM 60454-3-1 Marcas de referência: Scotch, Fox, Fux Steck

36	LÂMPADA BULBO DE ALTA POTÊNCIA DE LED 15W 6500K		50	UNIDADE	11,94	597,00
<p>Especificação: Potência máxima de 15W temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,92 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas base E27. Garantia mínima de 2 (dois) anos.</p>						
37	LÂMPADA BULBO DE ALTA POTÊNCIA DE LED 30W 6500K		100	UNIDADE	24,04	2404,00
<p>Especificação: Potência máxima de 30W temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,92 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas base E27. Garantia mínima de 2 (dois) anos.</p>						
38	LÂMPADA BULBO DE ALTA POTÊNCIA DE LED 40W 6500K		100	UNIDADE	39,02	3902,00
<p>Especificação: Potência máxima de 40W temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,92 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas base E27. Garantia mínima de 2 (dois) anos.</p>						
39	LÂMPADA BULBO DE ALTA POTÊNCIA DE LED 50W 6500K		100	UNIDADE	44,40	4440,00
<p>Especificação: Potência máxima de 50W temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,92 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas base E27. Garantia mínima de 2 (dois) anos.</p>						
40	PLACA DE LED 24 W DE EMBUTIR		100	UNIDADE	33,91	3391,00
<p>Especificação: Especificação: Potência máxima de 24W Tamanho: 300 X 300 mm temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,90 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas Com reator incluso. Garantia mínima de 02 (dois) anos.</p>						
41	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED 200W - SEM BRAÇO		350	UNIDADE	498,41	174443,50
<p>Especificação: Luminária Led em alumínio; Pintura eletrostática a pó; Faixa de tensão nominal de entrada (100 - 240VAC); Potência nominal: mínima 180W / máxima 220W; Eficácia luminosa: mínima 130 lm/W / máxima 180 lm/W; Fluxo luminoso: mínima 23.400 lm / máximo 39.600 lm; Tensão nominal: Autovolt 100V ~ 277V; Grau de proteção IP66; Temperatura de cor 5.000k; Diâmetro para encaixe 48,3mm Garantia: 5 (cinco) anos.</p>						
42	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED 100W - SEM BRAÇO		800	UNIDADE	381,48	305184,00
<p>Especificação: Luminária Led em alumínio; Pintura eletrostática a pó; Faixa de tensão nominal de entrada (100 - 240VAC); Potência nominal: mínima 100W / máxima 120W; Eficácia luminosa: mínima 130 lm/W / máxima 180 lm/W; Fluxo luminoso: mínima 13.000 lm / máximo 21.600 lm; Tensão nominal: Autovolt 100V ~ 277V; Grau de proteção IP66; Temperatura de cor 5.000k; Diâmetro para encaixe 48,3mm Garantia: 5 (cinco) anos.</p>						
43	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED 30W - SEM BRAÇO		100	UNIDADE	301,83	30183,00
<p>Especificação: Luminária Led em alumínio; Pintura eletrostática a pó; Faixa de tensão nominal de entrada (100 - 240VAC); Potência nominal: mínima 30W / máxima 50W; Eficácia luminosa: mínima 130 lm/W / máxima 180 lm/W; Fluxo luminoso: mínima 3.900 lm / máximo 9.000 lm; Tensão nominal: Autovolt 100V ~ 277V; Grau de proteção IP66; Temperatura de cor 5.000k; Diâmetro para encaixe 48,3mm Garantia: 5 (cinco) anos.</p>						
44	RELE FOTOELÉTRICO SEM BASE 127/220V ? 3 PINOS		1200	UNIDADE	40,44	48528,00
<p>Especificação: Alimentação: 105 Vac a 305 Vac Grau de proteção: IP 65 temperatura de operação: -5°C a 50°C encapsulamento com proteção UV resistente a vibrações e impactos de acordo com a NBR 5123. Vida útil maior que 10.000 comutações com carga de acordo com a norma NBR 5123. Garantia mínima de 1 (um) ano.</p>						
45	TUBO ELETRODUTO PVC 1.1/2 - 3M		10	UNIDADE	43,25	432,50





COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



46	REFLETOR HOLOFOTE LED 200W.		50	UNIDADE	163,55	8177,50
<i>Especificação: Potência: 200 watts. Cor: Branco Frio 6500k Fluxo Luminoso: 20.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 40.000 horas Proteções: IP66+ (à prova de poeira e resistente à chuva) BRANCO QUENTE BIVOLT. Garantia mínima: 1 (um) ano.</i>						
47	REFLETOR HOLOFOTE LED 100W.		50	UNIDADE	60,09	3004,50
<i>Especificação: Potência: 100 watts. Cor: Branco Frio 6500k Fluxo Luminoso: 10.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 40.000 horas Proteções: IP66+ (à prova de poeira e resistente à chuva) BRANCO QUENTE BIVOLT. Garantia mínima: 1 (um) ano.</i>						
48	REFLETOR HOLOFOTE LED 400W		50	UNIDADE	278,04	13902,00
<i>Especificação: Potência: 400 watts. Cor: Branco Frio 6500k Fluxo Luminoso: 40.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 40.000 horas Proteções: IP66+ (à prova de poeira e resistente à chuva) BRANCO QUENTE BIVOLT. Garantia mínima: 1 (um) ano.</i>						
49	ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 15H 500MM		20	UNIDADE	14,24	284,80
<i>Especificação: Elo de distribuição até 36,2kV, Corrente Nominal 1A, Curva tipo H, Cabeça fixa, Comprimento: 500mm.</i>						
50	ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 25H 500MM		20	UNIDADE	23,15	463,00
<i>Especificação: Elo de distribuição até 36,2kV, Corrente Nominal 1A, Curva tipo H, Cabeça fixa, Comprimento: 500mm.</i>						
51	ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 75X72MM		20	UNIDADE	16,29	325,80
52	VARA DE ATERRAMENTO 2,20MM		10	UNIDADE	60,37	603,70
53	CONTACTORA DE 80A		20	UNIDADE	539,26	10785,20
54	CONTACTORA TRIPOLAR DE 115A		25	UNIDADE	1248,81	31220,25
55	CAIXA ENTRADA ENERGIA PADRÃO PARA 1 MEDIDOR BIFÁSICO/ TRIFÁSICO		10	UNIDADE	180,50	1805,00
56	ISOLADOR PIMENTÃO PORCELANA 75X72MM		30	UNIDADE	12,25	367,50
57	ARMAÇÃO PARA ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 75X72MM		20	UNIDADE	12,91	258,20
58	BOX CURVO DE ALUMÍNIO 1.1/2		15	UNIDADE	34,23	513,45
59	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 1/2		30	UNIDADE	5,73	171,90
60	BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA		350	UNIDADE	256,80	89880,00
<i>Especificação: BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA - DIÂMETRO PARA ENCAIXE 48,3mm</i>						
61	BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA - 2,50 M		350	UNIDADE	380,65	133227,50
<i>Especificação: Especificação: braço curvo tipo cisne galvanizado à fogo para luminária pública - diâmetro para encaixe 48,3 mm, comprimento 2,5 metros.</i>						
62	ESCADA EXTENSÍVEL DE FIBRA DE VIDRO 16 / 28 DEGRAUS		4	UNIDADE	2146,31	8585,24
<i>Especificação: Especificação: Material fibra de vidro Escada fechada (modo pintor): 22,20 m Escada estendida (? 3,88 m) Capacidade de carga: ? 120 kg Garantia mínima: 12 (doze) meses.</i>						
63	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DUPLA - 8 X 2 DEGRAUS		4	UNIDADE	1306,75	5227,00





COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



Especificação: *Material alumínio Escada fechada 8 degraus (?3,5 m) Escada estendida 16 degraus (? 8,00 m) Expansível e articulável (modo pintor) Com trava de segurança e barras estabilizadoras Capacidade de carga: ? 120 kg Garantia mínima: 12 (doze) meses.*

64	ESCALADA DE ALUMÍNIO 6 DEGRAUS ? COM PLATAFORMA		6	UNIDADE	1379,09	8274,54
<i>Especificação: Material: Alumínio e Plataforma de Polipropileno Altura: ? 1,80 m Com fita de segurança Com pés emborrachados frisos antiderrapantes Capacidade de carga: ? 100 kg Garantia mínima: 12 (doze) meses.</i>						
65	LUVA ALTA TENSÃO CLASSE 00 - 2,5 KV 500 V		12	PAR	478,67	5744,04
<i>Especificação: LUYA DE BORRACHA Normas NBR 10622/NBR 10624 Produzidas com composto de baixa propagação de chamas Cor preta C.A: 2178.</i>						
66	LUVA ALTA TENSÃO CLASSE 0 - 5 KV 1.000 V		12	PAR	682,75	8193,00
<i>Especificação: LUYA DE BORRACHA Normas NBR 10622/NBR 10924 Produzidas com composto de baixa propagação de chamas Cor preta CA: 35863.</i>						
67	LUVA DE COBERTURA PARA ALTA TENSÃO		20	PAR	352,17	7043,40
<i>Especificação: LuyA de segurança para cobertura da luva alta tensão Material: Vaqueta e raspa Tira em vaqueta na altura do punho Fivela de plástico para ajuste CA: 36252.</i>						
68	CAPUZ BALACLAVA - ANTI-CHAMA E ARCO ELÉTRICO		12	UNIDADE	276,25	3315,00
<i>Especificação: Capuz Bala-clava NR10 Risco 2 Malha: 100% algodão retardante à chamas Proteção total da cabeça CA 42429.</i>						
69	MULTÍMETRO AMPERÍMETRO ALICATE DIGITAL		6	UNIDADE	322,07	1932,42
<i>Especificação: Display: 3 1/2 dígitos (2000 Contagens) Taxa de Amostragem: 3 vezes/s Indicação de Polaridade: Automática, indicação de polaridade negativa Indicação de Sobrefaixa: ?1? ou ?-1? Indicação de Bateria Fraca: Indicação é mostrada quando a tensão da bateria cair abaixo da tensão de operação Mudança de Faixa: Manual PeakHold Ambiente de Operação: 0°C a 40°C, RH < 70% Ambiente de Armazenamento: -10°C a 50°C, RH < 80% Altitude de Operação: até 2000m Uso Interno Grau de Poluição: II Alimentação: Uma bateria de 9V (NEDA 1604 ou 6F22 ou 006P) Diâmetro do Condutor & Abertura de Garra Máx.: 50mm.</i>						
70	ALICATE UNIVERSAL ISOLADO 1000V 8"		20	UNIDADE	95,68	1913,60
<i>Especificação: Alicate de uso profissional com isolamento elétrico de 1.000 v Forjada em aço cromo vanádio Cabeça e articulação polidas Têmpera total no corpo Têmpera por indução no gume de corte Empunhadura com dupla injeção Conformidade com a IEC 60900 e NBR 10. Garantia de 12 (doze) meses.</i>						
71	ALICATE BICO MEIA CANA 6 ISOLADO 1000 V		15	UNIDADE	73,01	1095,15
<i>Especificação: Alicate de uso profissional com isolamento elétrico de 1.000 v Forjada em aço cromo vanádio Cabeça e articulação polidas Têmpera total no corpo Têmpera por indução no gume de corte Empunhadura com dupla injeção Conformidade com a IEC 60900, NBR 10 e NBR 9699. Garantia de 12 (doze) meses.</i>						
72	ALICATE CORTE DIAGONAL ISOLADO 1000 V		15	UNIDADE	84,39	1265,85
<i>Especificação: Alicate de uso profissional com isolamento elétrico de 1.000 v Forjada em aço cromo vanádio Cabeça e articulação polidas Têmpera total no corpo Têmpera por indução no gume de corte Empunhadura com dupla injeção Conformidade com a IEC 60900 e NR 9699. Garantia de 12 (doze) meses.</i>						
73	MARTELETE ROMPEDOR 820 W		2	UNIDADE	1112,00	2224,00
<i>Especificação: Martelete Rompedor com três funções: martele rompedor furadeira com impacto. Tensão 220 V. Potência 820 W. Mandril 1/2 pol ? 13 mm. Diâmetro máximo: Concreto 24 mm Madeira 30 mm Aço 13 mm. Com maleta de armazenamento. Garantia de 12 (doze) meses.</i>						
74	FURADEIRA DE IMPACTO 750 W		3	UNIDADE	547,34	1642,02





Especificação: *Especificação: Furadeira de Impacto duas funções: furadeira com impacto. Tensão 220 V. Potência 750 W. Mandril 1/2 pol ? 13 mm. Diâmetro máximo: Concreto 13 mm Madeira 25 mm Aço 10 mm. Com maleta de armazenamento. Garantia de 12 (doze) meses.*

75	FURADEIRA/PARAFUSADEIRA À BATERIA 18V		3	UNIDADE	1183,46	3550,38
<p><i>Especificação: Especificação: Furadeira/Parafusadeira 18v, com impacto (selecionável,)sem cabo 2 velocidades Controle de Torque Mandril de aperto rápido sem necessidade de chave 2 baterias ions de lítio: 18V 2,0 Ah Carregador Bivolt. Número de rotações (sem carga) Min. Máx.: 0-450 / 1700 rpm. Com maleta de armazenamento. Garantia de 12 (doze) meses.</i></p>						
76	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 9 METROS INSTALADO		50	UNIDADE	6320,94	316047,00
<p><i>Especificação: Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 300 daN, 9 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.</i></p>						
77	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 11 METROS INSTALADO		30	UNIDADE	8180,77	245423,10
<p><i>Especificação: Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 300 daN, 11 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.</i></p>						
78	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 10 METROS INSTALADO		30	UNIDADE	7321,80	219654,00
<p><i>Especificação: Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 200 daN, 10 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.</i></p>						
79	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 14 M INSTALADO		15	UNIDADE	30921,66	463824,90
<p><i>Especificação: Especificação: Poste de concreto circular, 14 m comprimento, 1500 daN, Topo= 290mm, Base= 570 mm. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 2,00 à 2,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 35 cm de altura.</i></p>						
80	TUBO ELETRODUTO AÇO GALVANIZADO 1.1/2 - 3 M		10	UNIDADE	137,55	1375,50
					Total R\$:	2.299.225,94

Valor por extenso: dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos.

***Os valores de referência têm origem nas médias obtidas através de pesquisa de preço de mercado realizada pelo Setor de Compras, disposta nos autos, com uma pequena diferença, tendo em vista que foram consideradas apenas duas casas decimais após a vírgula.**

3.3 Serão solicitadas amostras na fase de julgamento que facilitem a identificação das características do produto ofertado e outras informações pertinentes, por meio de catálogos ou folhetos, encaminhados por meio eletrônico e os produtos deverão ser de 1ª linha com ótimo padrão de qualidade, designer moderno, de acordo com os padrões usuais de mercado, com Selo Procel, quando aplicável, identificação do fabricante, com excelente desempenho, marca, modelo e demais características e especificações técnicas essenciais pertinentes que permita a aferição de seu padrão de qualidade e desempenho, certificação das normas ISO e/ou INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e demais normas pertinentes.

3.4 Os produtos deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item, com demonstrativo





em diligência solicitada pelo Pregoeiro.

4. DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (Doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

4.2. A vigência contratual será, a contar da data de sua assinatura, até o final do exercício financeiro em curso, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente.

4.3. PRAZO: O prazo de entrega será de até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento do documento de solicitação de material expedido pela Secretaria de Obras, podendo este prazo ser dilatado, desde que por solicitação justificada da Contratada à Contratante e por acordo entre as partes;

4.4. LOCAL PARA ENTREGA: Av. Minas Gerais, nº 190, Centro, Curionópolis, - PA.

4.5. CONDIÇÕES DE ENTREGA: O recebimento do objeto dar-se-á da seguinte forma:

a) Será entregue na presença do fiscal técnico do contrato, que rejeitará, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com este instrumento ou apresentar vícios, defeitos ou incorreções, devendo efetuar as correções necessárias ou substituição do bem, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação pela Contratante.

b) Os materiais fornecidos devem ser de boa qualidade e procedência comprovada.

c) O fornecimento será de forma fracionada conforme e a necessidade da Secretaria, no endereço citado no item 4.4 deste Termo de Referência;

d) Todos os custos com transporte, materiais, equipamentos e mão de obra na execução do contrato são de responsabilidade da Contratada.

e) A licitante fará o controle do seu fornecimento por meio de requisições as quais deverão ser rubricadas pela pessoa encarregada pelo recebimento no local designado, devendo o contratado apresentarem-nas acompanhadas de nota fiscal, quando do pagamento.

f) O Servidor responsável pela Unidade Requisitante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

g) Encontrando irregularidades, o servidor responsável, no mesmo período de tempo estabelecido no item acima fixará prazo para a licitante contratada promover as correções necessárias, sob pena de ser o material rejeitado e devolvido a Contratada, no estado em que se encontre.

h) Na hipótese de irregularidades em relação a entrega dos materiais, a Contratante, somente os receberá em caráter definitivo mediante termo circunstanciado, após as correções promovidas pelo Contratado e após reavaliação realizada pela Administração, por intermédio do Servidor responsável;

5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. Para fiscalização do contrato administrativo, a Unidade Requisitante designará servidor através de Portaria ou documento equivalente (sendo este o próprio Contrato Administrativo), para exercer as atribuições de Fiscal Técnico de Contrato, na forma da Lei.

6.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO





7.1. A adjudicatária deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, que será realizada no prazo de até 30 (trinta) dias após a nota seja atestada pelo Fiscal do Contrato e que a despesa aprovada pelo Controle Interno Municipal.

7.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das certidões: CND FGTS, CND INSS, CND DIVIDA ATIVA DA UNIÃO, CND ESTADUAL e CND MUNICIPAL).

7.3. A Administração Municipal reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

7.4. A Administração Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos da Lei e do Edital de Licitação.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

8. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas para contratação deste objeto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Processo Administrativo, informadas pelo setor responsável, no ato de geração do(s) respectivo(s) contrato(s) administrativo(s), mediante prévia consulta, de acordo com os valores ofertados e a demandas específicas, em conformidade com o Art. nº 17, do Decreto Federal nº 11.462/23.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;

9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;

9.3. Devolver os produtos que não apresentarem condições de serem utilizadas;

9.4. Solicitar a troca dos produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pela Unidade Requisitante;

9.5. Solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento por servidor designado para este fim, a entrega do objeto licitado;

9.6. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

9.7. Assegurar aos técnicos/funcionários da contratada o acesso para reposições e/ou substituições durante a garantia ou necessárias trocas de materiais, respeitadas as normas de segurança interna do contratante.

9.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos/funcionários da contratada.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto;

10.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Administração Municipal, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;





10.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração Municipal;

10.4. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura de Curionópolis e Departamentos vinculados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração Municipal;

10.5. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura de Curionópolis quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

10.6. Efetuar a entrega do objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse da Administração Municipal, após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente;

10.7. Na entrega, prevalecerão exclusivamente as especificações do objeto deste Termo de Referência;

10.8. Comunicar ao Setor competente da Prefeitura de Curionópolis por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

10.9. Manter-se, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da licitação.

11. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Na ocorrência das situações previstas no título IV das irregularidades capítulo I da Lei 14.133/21, aplica-se à contratada as penalidades correspondentes ficando, desde logo, fixada a respectiva multa, em até 10% (dez por cento) do valor deste contrato.

10.2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa contratada às sanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

b) Multa de:

I. 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

II. 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitado ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

III. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total; e de até 10% (dez por cento), em casos de descumprimento parcial do contrato, calculado de forma proporcional ao inadimplemento e aos prejuízos deleadvindos;

10.3. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a noventa dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento





eventualmente devido pela contratante, ou, ainda quando for o caso, cobrada judicialmente;

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de dez dias e aceito pela contratante;

10.6. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as seguintes sanções:

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal de Empresas Punidas - CMEP/PMC e, no caso de suspensão do direito de licitar, a contratada deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

10.8. A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.

10.9. O termo inicial para a incidência de qualquer das penalidades estipuladas será a data fixada para o adimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa fornece ou forneceu, **satisfatoriamente**, objetos compatíveis com aqueles constantes desta licitação;

13. DA GARANTIA

12.1 O Fornecedor dará total garantia dos materiais fornecidos, contra defeitos de fabricação, pelo período estabelecido na legislação vigente, além da obediência das descrições constantes no itens.

12.2 DA GARANTIA DA PROPOSTA E CONTRATUAL

12.2.1 Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/21, como requisito de pré-habilitação, a licitante deverá apresentar a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor de 1% (um por cento) **do valor estimado da proposta da empresa proponente**, nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21, JUNTAMENTE COM COMPROVANTE DE PAGAMENTO, quando se tratar de seguro garantia.

12.2.2. PARA CELERIDADE AO PROCESSO DE ANÁLISE, JUNTAMENTE COM O





TERMO DE GARANTIA, A PROPONENTE DEVE ENVIAR, DIGITALIZADA, A PROPOSTA INICIAL SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

12.2.3. Tendo em vista que em processo licitatório anterior para o objeto em tela, ocorreram diversos fatos fortuitos e, conseqüentemente, causaram transtornos para o fim em que se busca, assim, justifica-se a exigência de garantia a fim de que seja garantida à proteção do interesse público, evitando que empresas participem das licitações com propostas inviáveis ou meramente especulativas, sem a real intenção de cumprir com as obrigações contratuais caso sejam selecionadas como vencedoras.

12.3 Portanto, a exigência de garantia de proposta está alinhada com os princípios da legalidade, da competitividade, da isonomia, da probidade administrativa e da eficiência, que regem a administração pública brasileira. Essa medida busca garantir a seriedade e a idoneidade do processo licitatório, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

12.3.1. Haverá exigência de garantia contratual da execução do contrato.

12.3.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade Pregão, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12.3.3. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.3.3.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

12.3.3.2. seguro-garantia;

12.3.3.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.3.4. Se a opção for na modalidade seguro-garantia, será com cláusula de retomada, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente ao percentual estabelecido no item 12.2.2 deste instrumento, do valor do contrato.

12.3.4.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

12.3.4.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- a) Acompanhar a execução do contrato principal.
- b) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- c) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pelo fornecimento.





12.3.4.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

12.3.4.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

12.3.4.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.

b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

12.3.5. O prazo para a apresentação da garantia será de no máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato.

12.3.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.3.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.2.9 deste instrumento.

12.3.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.3.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.3.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.3.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.3.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

12.3.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.3.10, observada a legislação que rege a matéria.





12.3.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Banco do Brasil, Ag.:4140-8, Conta Corrente: 110.311-3 , com correção monetária.

12.3.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

12.3.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.3.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.3.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.3.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.3.18. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.3.18.1. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.3.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.3.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.3.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.3.22. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.





ANEXO II

PLANILHA DO FORMAÇÃO DE PREÇOS - OBJETO

ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, COTA RESERVADA E AMPLA CONCORRÊNCIA.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
1	ABRÇAÇADEIRA NYLON 4,8 X 250 MM - PACOTE COM 100 UNIDADES		30	PACOTE	35,90	1.077,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
2	ABRÇAÇADEIRA NYLON 4,8 X 350 MM - PACOTE COM 100 UNIDADES		30	PACOTE	46,70	1.401,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
3	BASE PARA RELÊ FOTOELETRICO		300	UNIDADE	14,38	4.314,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Especificação: Tomadas para Relés com suporte de plástico, conector padrão ABNT NBR-5123, fácil instalação em postes e paredes, permite giro de 360°, capacidade: 15A 127V- / 10A 220V-.

4	BOCAL PARA SOQUETE DE PORCELANA E27 SEM RABILHO 150W		150	UNIDADE	5,03	754,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
5	CABO DE ALUMÍNIO DUPLEX 10MM		500	METRO	5,35	2.675,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Especificação: cabo multiplexado duplex 1 x 100 mm + 1 x 100 mm² 0,6/1kV, com condutor de fase com alumínio 1350, sólido ou com encordoamento redondo compactado. Isolação : Camada extrudada de polietileno termoplástico ? PE para classe térmica de 70°C, na cores na de acordo padrões CEMAT cinza, preta, vermelha e Condutor de Neutro de alumínio 1350 H19 com encordoamento redondo, não isolado. De acordo a norma ABNT NBR 8182 Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV - Requisitos de desempenho unidade de fornecimento: metro.

6	CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLIX 35MM		300	METRO	27,11	8.133,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
---	----------------------------------	--	-----	-------	-------	----------	-----------------------

Especificação: cabo multiplexado quadruplex 3 x 350 mm + 1 x 350mm² 0,6/1kV, com condutor de fase com alumínio 1350, sólido ou com encordoamento redondo compactado. Isolação : Camada extrudada de polietileno termoplástico ? PE para classe térmica de 70°C, na cores na de acordo padrões CEMAT cinza, preta, vermelha e Condutor de Neutro de alumínio 1350 H19 com encordoamento redondo, não isolado. De acordo a norma ABNT NBR 8182 Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV - Requisitos de desempenho unidade de fornecimento: metro

7	CABO DE ALUMÍNIO TRIPLEX 10MM		500	METRO	7,15	3.575,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
---	-------------------------------	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: cabo multiplexado triplex 2 x 10 mm + 1 x 10mm² 0,6/1kV, com condutor de fase com alumínio 1350, sólido ou com encordoamento redondo compactado. Isolação : Camada extrudada de polietileno termoplástico ? PE para classe térmica de 70°C, na cores na de acordo padrões CEMAT cinza, preta, vermelha e Condutor de Neutro de alumínio 1350 H19 com encordoamento redondo, não isolado. De acordo a norma ABNT NBR 8182 Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV - Requisitos de desempenho unidade de fornecimento: metro.

8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 10MM (AZUL)		250	METRO	12,37	3.092,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
---	---	--	-----	-------	-------	----------	-----------------------

Especificação: cabo flexível 750v 10,00mm² cor: azul fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento á base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

9	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 10MM (PRETO)		250	METRO	12,27	3.067,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
---	--	--	-----	-------	-------	----------	-----------------------

Especificação: cabo flexível 750v 10,00mm² cor: preto fios de cobre eletrolítico seção circular têmpera mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento á base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro





10	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 10MM (VERMELHO)		250	METRO	12,48	3.120,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	-----	-------	-------	----------	-----------------------

Especificação: cabo flexível 750v 10,00mm2 cor: vermelho fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

11	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 6MM (PRETO)		300	METRO	8,68	2.604,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: Cabo flexível 750v 6,00mm2 cor: preto fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

12	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 6MM (VERMELHO)		300	METRO	8,79	2.637,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: cabo flexível 750v 4,00mm2 cor: vermelho fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

13	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 4MM (AZUL)		300	METRO	5,99	1.797,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: cabo flexível 750v 4,00mm2 cor: azul fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

14	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 4MM(PRETO)		300	METRO	5,87	1.761,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: cabo flexível 750v 4,00mm2 cor: preto fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

15	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 4MM (VERMELHO)		300	METRO	5,78	1.734,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: Cabo flexível 750v 4,00mm2 cor: vermelho fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

16	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 2,5MM (AZUL)		500	METRO	3,53	1.765,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: Cabo flexível 750v 2,50mm2 cor: azul fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

17	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 2,5MM (PRETO)		500	METRO	3,72	1.860,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: Cabo flexível 750v 2,50mm2 cor: preto fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 Condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro





18	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 750V 2,5MM (VERMELHO)		500	METRO	3,81	1.905,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	-----	-------	------	----------	-----------------------

Especificação: cabo flexível 750v 2,50mm2 cor: vermelho fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento (nbr nm 280) isolamento à base de composto de pvc sem chumbo antichama classe térmica 70 graus celsius - nbr nm 247-3 cabos isolados com policloreto de vinila (pvc) para tensões nominais até 450/750 v determinação do índice de oxigênio - nbr 6245 queima vertical fogueira - nbr nm 60332-3-24 condutores de cabos isolados - nbr nm 280 unidade de fornecimento: metro

19	CABO PP 2X2,5MM		500	METRO	11,38	5.690,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	-----------------	--	-----	-------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Cabo PP 2 x 2.5 mm² 450 / 750V fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 4 de encordoamento isolamento e cobertura externa à base de policloreto de vinila (PVC) resistente a chama classe térmica 70° C para isolamento e 60° C para cobertura externa (NBR 13249); NBR 7288 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de Policloreto de Vinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1kV a 6kV unidade de fornecimento: metro

20	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 1KV 25MM		300	METRO	40,04	R\$ 12.012,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---------------------------------	--	-----	-------	-------	---------------	-----------------------

Especificação: Cabo Flexível 25.0 MM² 1KV fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 5 de encordoamento (NBR NM 280) isolamento à base de composto de PVC sem chumbo antichama classe térmica 70°C e deverá atender as normas: NBR 7288 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de Policloreto de Vinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1kV a 6kV NBR 6245 - Determinação do Índice de Oxigênio NBR 5111 - Fios de Cobre nu de seção circular para fins elétricos unidade de fornecimento: metro.

21	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 1KV 35MM		300	METRO	51,92	R\$ 15.576,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---------------------------------	--	-----	-------	-------	---------------	-----------------------

Especificação: Cabo Flexível 35.0 MM² 1KV fios de cobre eletrolítico seção circular temperatura mole classe 5 de encordoamento (NBR NM 280) isolamento à base de composto de PVC sem chumbo antichama classe térmica 70°C e deverá atender as normas: NBR 7288 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de Policloreto de Vinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1kV a 6kV NBR 6245 - Determinação do Índice de Oxigênio NBR 5111 - Fios de Cobre nu de seção circular para fins elétricos unidade de fornecimento: metro.

22	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 3/8		10	UNIDADE	22,84	228,40	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	----	---------	-------	--------	-----------------------

Especificação: Grampo em cobre para haste de aterramento 3/8" para cabos de 6 a 50 mm².

23	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 150MM		200	UNIDADE	39,39	7.878,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	-------------------------------------	--	-----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Composto por Polímero, Elastômero e Cobre Eletrolítico, Condutor principal: 16mm - 150mm, Condutor derivação: 4mm - 35mm. Aplicação: Condutores isolados de alumínio e/ou cobre com isolações em XLPE / PE (0,6 / 1 kV) e/ou PVC (750V)

24	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 70MM		900	UNIDADE	17,81	R\$ 16.029,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------------	--	-----	---------	-------	---------------	-----------------------

Especificação: Composto por Polímero, Elastômero e Cobre Eletrolítico, Condutor principal: 16mm - 150mm, Condutor derivação: 4mm - 35mm.

25	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 90MM		200	UNIDADE	27,11	5.422,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------------	--	-----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Composto por Polímero, Elastômero e Cobre Eletrolítico, Condutor principal: 16mm - 150mm, Condutor derivação: 4mm - 35mm.

26	DISJUNTOR BIPOLAR 25 AMPERES		20	UNIDADE	41,32	826,40	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------	--	----	---------	-------	--------	-----------------------

Especificação: Disjuntor Din Curva C 25A Quantidade de Pólos 2 pólo(s) Tipos de Pólos Bipolar Altura 85,1 mm Largura 36 mm Profundidade 58,3 mm.

27	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMPERES		20	UNIDADE	39,26	785,20	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------	--	----	---------	-------	--------	-----------------------

Especificação: Disjuntor Din Curva C 40A Quantidade de Pólos 2 pólo(s) Tipos de Pólos Bipolar Altura 85,1 mm Largura 36 mm Profundidade 58,3 mm.

28	DISJUNTOR BIPOLAR 63 AMPERES		10	UNIDADE	42,40	424,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------	--	----	---------	-------	--------	-----------------------

Especificação: Disjuntor Din Curva C 63A Quantidade de Pólos 2 pólo(s) Tipos de Pólos Bipolar Altura 85,1 mm Largura 36 mm Profundidade 58,3 mm.





29	DISJUNTOR BIPOLAR 16 AMPERES		40	UNIDADE	38,48	1.539,20	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
30	DISJUNTOR MONOPOLAR 25 AMPERES		40	UNIDADE	15,74	629,60	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
31	ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 03H 500MM		40	UNIDADE	10,15	406,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Especificação: Elo de distribuição até 36,2kV, Corrente Nominal 1A, Curva tipo H, Cabeça fixa, Comprimento : 500mm.

32	ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 05H 500MM		40	UNIDADE	9,88	395,20	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------------	--	----	---------	------	--------	-----------------------

Elo de distribuição até 36,2kV, Corrente Nominal 1A, Curva tipo H, Cabeça fixa, Comprimento : 500mm.

33	FITA ISOLANTE 10M		300	UNIDADE	7,46	2.238,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	-------------------	--	-----	---------	------	----------	-----------------------

Especificação: Material: PVC Largura: 18 mm Comprimento: 10 m Temperatura Máxima: 90° C Voltagem: 750 V Propriedades: Antichamas Normas: NBR NM 60454-3-1 Marcas de referência: Semelhante a Scotch Fox Lux Steck.

34	FITA ISOLANTE 20 M		500	UNIDADE	11,27	5.635,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--------------------	--	-----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Material: PVC Largura: 18 mm Comprimento: 20 m Temperatura Máxima: 90° C Voltagem: 750 V Propriedades: Antichamas Normas: NBR NM 60454-3-1 Marcas de referência: Semelhante a Scotch Fox Lux Steck

35	FITA ISOLANTE AUTO FUSÃO 10M		50	UNIDADE	28,28	1.414,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------	--	----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Material: Borracha Largura: 19 mm Comprimento: 10 m Espessura: 0,76mm (±10%) Temperatura Máxima: 90° C Isolamento Primário: 769kV Alongamento: 700% Propriedades: Antichamas Normas: NBR NM 60454-3-1 Marcas de referência: Scotch, Fox, Fux Steck

36	LÂMPADA BULBO DE ALTA POTÊNCIA DE LED 15W 6500K		50	UNIDADE	11,94	597,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	----	---------	-------	--------	-----------------------

Especificação: Potência máxima de 15W temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,92 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas base E27. Garantia mínima de 2 (dois) anos.

37	LÂMPADA BULBO DE ALTA POTÊNCIA DE LED 30W 6500K		100	UNIDADE	24,04	2.404,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	-----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Potência máxima de 30W temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,92 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas base E27. Garantia mínima de 2 (dois) anos.

38	LÂMPADA BULBO DE ALTA POTÊNCIA DE LED 40W 6500K		100	UNIDADE	39,02	3.902,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	-----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Potência máxima de 40W temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,92 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas base E27. Garantia mínima de 2 (dois) anos.

39	LÂMPADA BULBO DE ALTA POTÊNCIA DE LED 50W 6500K		100	UNIDADE	44,40	4.440,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	-----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Potência máxima de 50W temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,92 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas base E27. Garantia mínima de 2 (dois) anos.

40	PLACA DE LED 24 W DE EMBUTIR		100	UNIDADE	33,91	3.391,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------	--	-----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Potência máxima de 24W Tamanho: 300 X 300 mm temperatura ambiente: -15°C a 45°C tensão de entrada: 100 Vac a 240 Vac fator de potência superior ou igual 0,90 temperatura de cor: branco frio Índice de Reprodução de Cor (IRC) igual ou superior a 70 vida útil mínima de 25.000 horas Com reator incluso. Garantia mínima de 02 (dois) anos.





41	LUMINÁRIA PUBLICA DE LED 200W - SEM BRAÇO		263	UNIDADE	498,41	R\$ 131.081,83	CP VINCULADA AO ITEM 42
----	---	--	-----	---------	--------	----------------	-------------------------

Especificação: Luminária Led em alumínio; Pintura eletrostática a pó; Faixa de tensão nominal de entrada (100 - 240VAC); Potência nominal: mínima 180W / máxima 220W; Eficácia luminosa: mínima 130 lm/W / máxima 180 lm/W; Fluxo luminoso: mínima 23.400 lm / máximo 39.600 lm; Tensão nominal: Autovolt 100V ~ 277V; Grau de proteção IP66; Temperatura de cor 5.000k; Diâmetro para encaixe 48,3mm Garantia: 5 (cinco) anos.

42	LUMINÁRIA PUBLICA DE LED 200W - SEM BRAÇO		87	UNIDADE	498,41	R\$ 43.361,67	CR VINCULADA AO ITEM 41
----	---	--	----	---------	--------	---------------	-------------------------

Especificação: Luminária Led em alumínio; Pintura eletrostática a pó; Faixa de tensão nominal de entrada (100 - 240VAC); Potência nominal: mínima 180W / máxima 220W; Eficácia luminosa: mínima 130 lm/W / máxima 180 lm/W; Fluxo luminoso: mínima 23.400 lm / máximo 39.600 lm; Tensão nominal: Autovolt 100V ~ 277V; Grau de proteção IP66; Temperatura de cor 5.000k; Diâmetro para encaixe 48,3mm Garantia: 5 (cinco) anos

43	LUMINÁRIA PUBLICA DE LED 100W - SEM BRAÇO		600	UNIDADE	381,48	R\$ 228.888,00	CP VINCULADA AO ITEM 44
----	---	--	-----	---------	--------	----------------	-------------------------

Especificação: Luminária Led em alumínio; Pintura eletrostática a pó; Faixa de tensão nominal de entrada (100 - 240VAC); Potência nominal: mínima 100W / máxima 120W; Eficácia luminosa: mínima 130 lm/W / máxima 180 lm/W; Fluxo luminoso: mínima 13.000 lm / máximo 21.600 lm; Tensão nominal: Autovolt 100V ~ 277V; Grau de proteção IP66; Temperatura de cor 5.000k; Diâmetro para encaixe 48,3mm Garantia: 5 (cinco) anos..

44	LUMINÁRIA PUBLICA DE LED 100W - SEM BRAÇO		200	UNIDADE	381,48	R\$ 76.296,00	CR VINCULADA AO ITEM 43
----	---	--	-----	---------	--------	---------------	-------------------------

Especificação: Luminária Led em alumínio; Pintura eletrostática a pó; Faixa de tensão nominal de entrada (100 - 240VAC); Potência nominal: mínima 100W / máxima 120W; Eficácia luminosa: mínima 130 lm/W / máxima 180 lm/W; Fluxo luminoso: mínima 13.000 lm / máximo 21.600 lm; Tensão nominal: Autovolt 100V ~ 277V; Grau de proteção IP66; Temperatura de cor 5.000k; Diâmetro para encaixe 48,3mm Garantia: 5 (cinco) anos..

45	LUMINÁRIA PUBLICA DE LED 30W - SEM BRAÇO		100	UNIDADE	301,83	R\$ 30.183,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	-----	---------	--------	---------------	-----------------------

Especificação: Luminária Led em alumínio; Pintura eletrostática a pó; Faixa de tensão nominal de entrada (100 - 240VAC); Potência nominal: mínima 30W / máxima 50W; Eficácia luminosa: mínima 130 lm/W / máxima 180 lm/W; Fluxo luminoso: mínima 3.900 lm / máximo 9.000 lm; Tensão nominal: Autovolt 100V ~ 277V; Grau de proteção IP66; Temperatura de cor 5.000k; Diâmetro para encaixe 48,3mm Garantia: 5 (cinco) anos.

46	RELE FOTOELÉTRICO SEM BASE 127/220V ? 3 PINOS		1200	UNIDADE	40,44	R\$ 48.528,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	------	---------	-------	---------------	-----------------------

Especificação: Alimentação: 105 Vac a 305 Vac Grau de proteção: IP 65 temperatura de operação: -5°C a 50°C encapsulamento com proteção UV resistente a vibrações e impactos de acordo com a NBR 5123. Vida útil maior que 10.000 comutações com carga de acordo com a norma NBR 5123. Garantia mínima de 1 (um) ano.

47	TUBO ELETRODUTO PVC 1.1/2 - 3M		10	UNIDADE	43,25	432,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--------------------------------	--	----	---------	-------	--------	-----------------------

48	REFLETOR HOLOFOTE LED 200W.		50	UNIDADE	163,55	8.177,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	-----------------------------	--	----	---------	--------	----------	-----------------------

Especificação: Potência: 200 watts. Cor: Branco Frio 6500k Fluxo Luminoso: 20.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 40.000 horas Proteções: IP66+ (à prova de poeira e resistente à chuva) BRANCO QUENTE BIVOLT. Garantia mínima: 1 (um) ano.

49	REFLETOR HOLOFOTE LED 100W.		50	UNIDADE	60,09	3.004,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	-----------------------------	--	----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Potência: 100 watts. Cor: Branco Frio 6500k Fluxo Luminoso: 10.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 40.000 horas Proteções: IP66+ (à prova de poeira e resistente à chuva) BRANCO QUENTE BIVOLT. Garantia mínima: 1 (um) ano.

50	REFLETOR HOLOFOTE LED 400W		50	UNIDADE	278,04	R\$ 13.902,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	----------------------------	--	----	---------	--------	---------------	-----------------------

Especificação: Potência: 400 watts. Cor: Branco Frio 6500k Fluxo Luminoso: 40.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 40.000 horas Proteções: IP66+ (à prova de poeira e resistente à chuva) BRANCO QUENTE BIVOLT. Garantia mínima: 1 (um) ano.

51	ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 15H 500MM		20	UNIDADE	14,24	284,80	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------------	--	----	---------	-------	--------	-----------------------

Especificação: Elo de distribuição até 36,2kV, Corrente Nominal 1A, Curva tipo H, Cabeça fixa, Comprimento : 500mm.





COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



52	ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 25H 500MM		20	UNIDADE	23,15	463,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------------	--	----	---------	-------	--------	-----------------------

Especificação: Elo de distribuição até 36,2kV, Corrente Nominal 1A, Curva tipo H, Cabeça fixa, Comprimento : 500mm.

53	ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 75X72MM		20	UNIDADE	16,29	325,80	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
54	VARA DE ATERRAMENTO 2,20MM		10	UNIDADE	60,37	603,70	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
55	CONTACTORA DE 80A		20	UNIDADE	539,26	R\$ 10.785,20	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
56	CONTACTORA TRIPOLAR DE 115A		25	UNIDADE	1.248,81	R\$ 31.220,25	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
57	CAIXA ENTRADA ENERGIA PADRÃO PARA 1 MEDIDOR BIFÁSICO/ TRIFÁSICO		10	UNIDADE	180,50	1.805,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
58	ISOLADOR PIMENTÃO PORCELANA 75X72MM		30	UNIDADE	12,25	367,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
59	ARMAÇÃO PARA ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 75X72MM		20	UNIDADE	12,91	258,20	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
60	BOX CURVO DE ALUMÍNIO 1.1/2		15	UNIDADE	34,23	513,45	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
61	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 1/2		30	UNIDADE	5,73	171,90	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
62	BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA		263	UNIDADE	256,80	R\$ 67.538,40	CP VINCULADA AO ITEM 63

Especificação: BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA - DIÂMETRO PARA ENCAIXE 48,3mm

63	BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA		87	UNIDADE	256,80	R\$ 22.341,60	CR VINCULADA AO ITEM 62
----	--	--	----	---------	--------	---------------	-------------------------

Especificação: BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA - DIÂMETRO PARA ENCAIXE 48,3mm

64	BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA - 2,50 M		263	UNIDADE	380,65	R\$ 100.110,95	CP VINCULADA AO ITEM 65
----	---	--	-----	---------	--------	----------------	-------------------------

Especificação: braço curvo tipo cisne galvanizado à fogo para luminária pública - diâmetro para encaixe 48,3 mm, comprimento 2,5 metros.

65	BRAÇO CURVO TIPO CISNE GALVANIZADO À FOGO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA - 2,50 M		87	UNIDADE	380,65	R\$ 33.116,55	CR VINCULADA AO ITEM 64
----	---	--	----	---------	--------	---------------	-------------------------

Especificação: braço curvo tipo cisne galvanizado à fogo para luminária pública - diâmetro para encaixe 48,3 mm, comprimento 2,5 metros.

66	ESCADA EXTENSÍVEL DE FIBRA DE VIDRO 16 / 28 DEGRAUS		4	UNIDADE	2.146,31	8.585,24	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	---	---------	----------	----------	-----------------------

Especificação: Material fibra de vidro Escada fechada (modo pintor): ?2,20 m Escada estendida (? 3,88 m) Capacidade de carga: ? 120 kg Garantia mínima: 12 (doze) meses.

67	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DUPLA - 8 X 2 DEGRAUS		4	UNIDADE	1.306,75	5.227,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	---	---------	----------	----------	-----------------------

Especificação: Material alumínio Escada fechada 8 degraus (?3,5 m) Escada estendida 16 degraus (? 8,00 m) Expansível e articulável (modo pintor) Com trava de segurança e barras estabilizadoras Capacidade de carga: ? 120 kg Garantia mínima: 12 (doze) meses.

68	ESCADA DE ALUMÍNIO 6 DEGRAUS ? COM PLATAFORMA		6	UNIDADE	1.379,09	8.274,54	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	---	---------	----------	----------	-----------------------

Especificação: Material: Alumínio e Plataforma de Polipropileno Altura: ? 1,80 m Com fita de segurança Com pés emborrachados frisos antiderrapantes Capacidade de carga: ? 100 kg Garantia mínima: 12 (doze) meses.

69	LUVA ALTA TENSÃO CLASSE 00 - 2,5 KV 500 V		12	PAR	478,67	5.744,04	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	----	-----	--------	----------	-----------------------





COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



Especificação: LUYA DE BORRACHA Normas NBR 10622/NBR 10624 Produzidas com composto de baixa propagação de chamas Cor preta C.A: 2178.

70	LUVA ALTA TENSÃO CLASSE 0 - 5 KV 1.000 V		12	PAR	682,75	8.193,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	----	-----	--------	----------	-----------------------

Especificação: LUYA DE BORRACHA Normas NBR 10622/NBR 10924 Produzidas com composto de baixa propagação de chamas Cor preta CA: 35863.

71	LUVA DE COBERTURA PARA ALTA TENSÃO		20	PAR	352,17	7.043,40	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------------	--	----	-----	--------	----------	-----------------------

Especificação: Luva de segurança para cobertura da luva alta tensão Material: Vaqueta e raspa Tira em vaqueta na altura do punho Fivela de plástico para ajuste CA: 36252.

72	CAPUZ BALA-CLAVA - ANTI-CHAMA E ARCO ELÉTRICO		12	UNIDADE	276,25	3.315,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	----	---------	--------	----------	-----------------------

Especificação: Capuz Bala-clava NR10 Risco 2 Malha: 100% algodão retardante à chamas Proteção total da cabeça CA 42429.

73	MULTÍMETRO AMPERÍMETRO ALICATE DIGITAL		6	UNIDADE	322,07	1.932,42	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--	--	---	---------	--------	----------	-----------------------

Especificação: Display: 3 1/2 dígitos (2000 Contagens) Taxa de Amostragem: 3 vezes/s Indicação de Polaridade: Automática, indicação de polaridade negativa Indicação de Sobrefaixa: ?1? ou ?-1? Indicação de Bateria Fraca: Indicação é mostrada quando a tensão da bateria cair abaixo da tensão de operação Mudança de Faixa: Manual PeakHold Ambiente de Operação: 0°C a 40°C, RH < 70% Ambiente de Armazenamento: -10°C a 50°C, RH < 80% Altitude de Operação: até 2000m Uso Interno Grau de Poluição: II Alimentação: Uma bateria de 9V (NEDA 1604 ou 6F22 ou 006P) Diâmetro do Condutor & Abertura de Garra Máx.: 50mm.

74	ALICATE UNIVERSAL ISOLADO 1000V 8"		20	UNIDADE	95,68	1.913,60	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	------------------------------------	--	----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Alicate de uso profissional com isolamento elétrico de 1.000 v Forjada em aço cromo vanádio Cabeça e articulação polidas Têmpera total no corpo Têmpera por indução no gume de corte Empunhadura com dupla injeção Conformidade com a IEC 60900 e NBR 10. Garantia de 12 (doze) meses.

75	ALICATE BICO MEIA CANA 6 ISOLADO 1000 V		15	UNIDADE	73,01	1.095,15	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Alicate de uso profissional com isolamento elétrico de 1.000 v Forjada em aço cromo vanádio Cabeça e articulação polidas Têmpera total no corpo Têmpera por indução no gume de corte Empunhadura com dupla injeção Conformidade com a IEC 60900, NBR 10 e NBR 9699. Garantia de 12 (doze) meses.

76	ALICATE CORTE DIAGONAL ISOLADO 1000 V		15	UNIDADE	84,39	1.265,85	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---------------------------------------	--	----	---------	-------	----------	-----------------------

Especificação: Alicate de uso profissional com isolamento elétrico de 1.000 v Forjada em aço cromo vanádio Cabeça e articulação polidas Têmpera total no corpo Têmpera por indução no gume de corte Empunhadura com dupla injeção Conformidade com a IEC 60900 e NR 9699. Garantia de 12 (doze) meses.

77	MARTELETE ROMPEDOR 820 W		2	UNIDADE	1.112,00	2.224,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	--------------------------	--	---	---------	----------	----------	-----------------------

Especificação: Martetele Rompedor com três funções: martetele rompedor furadeira furadeira com impacto. Tensão 220 V. Potência 820 W. Mandril 1/2 pol ? 13 mm. Diâmetro máximo: Concreto 24 mm Madeira 30 mm Aço 13 mm. Com maleta de armazenamento. Garantia de 12 (doze) meses.

78	FURADEIRA DE IMPACTO 750 W		3	UNIDADE	547,34	1.642,02	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	----------------------------	--	---	---------	--------	----------	-----------------------

Especificação: Furadeira de Impacto duas funções: furadeira furadeira com impacto. Tensão 220 V. Potência 750 W. Mandril 1/2 pol ? 13 mm. Diâmetro máximo: Concreto 13 mm Madeira 25 mm Aço 10 mm. Com maleta de armazenamento. Garantia de 12 (doze) meses.

79	FURADEIRA/PARAFUSADEIRA À BATERIA 18V		3	UNIDADE	1.183,46	3.550,38	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---------------------------------------	--	---	---------	----------	----------	-----------------------





COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



Especificação: Furadeira/Parafusadeira 18v, com impacto (selecionável,) sem cabo 2 velocidades Controle de Torque Mandril de aperto rápido sem necessidade de chave 2 baterias ions de lítio: 18V 2,0 Ah Carregador Bivolt. Número de rotações (sem carga) Min. Máx.: 0-450 / 1700 rpm. Com maleta de armazenamento. Garantia de 12 (doze) meses.

80	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 9 METROS INSTALADO		38	UNIDADE	6.320,94	R\$ 240.195,72	CP VINCULADA AO ITEM 81
----	---	--	----	---------	----------	----------------	-------------------------

Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 300 daN, 9 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.

81	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 9 METROS INSTALADO		12	UNIDADE	6.320,94	R\$ 75.851,28	CR VINCULADA AO ITEM 80
----	---	--	----	---------	----------	---------------	-------------------------

Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 300 daN, 9 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.

82	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 11 METROS INSTALADO		23	UNIDADE	8.180,77	R\$ 188.157,71	CP VINCULADA AO ITEM 83
----	--	--	----	---------	----------	----------------	-------------------------

Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 300 daN, 11 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.

83	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 11 METROS INSTALADO		7	UNIDADE	8.180,77	R\$ 57.265,39	CR VINCULADA AO ITEM 82
----	--	--	---	---------	----------	---------------	-------------------------

Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 300 daN, 11 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.

84	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 10 METROS INSTALADO		23	UNIDADE	7.321,80	R\$ 168.401,40	CP VINCULADA AO ITEM 85
----	--	--	----	---------	----------	----------------	-------------------------

Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 200 daN, 10 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.

85	POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T - 10 METROS INSTALADO		7	UNIDADE	7.321,80	R\$ 51.252,60	CP VINCULADA AO ITEM 84
----	--	--	---	---------	----------	---------------	-------------------------

Especificação: Poste de Concreto Duplo ?T?, Tipo B, 200 daN, 10 metros, Face A: Topo=110, Base=340 Face B: Topo=145 Base=455. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 1,00 à 1,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 20 cm.

86	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 14 M INSTALADO		12	UNIDADE	30.921,66	R\$ 371.059,92	CP VINCULADA AO ITEM 87
----	---	--	----	---------	-----------	----------------	-------------------------

Especificação: Poste de concreto circular, 14 m comprimento, 1500 daN, Topo= 290mm, Base= 570 mm. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 2,00 à 2,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 35 cm de altura.

87	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 14 M INSTALADO		3	UNIDADE	30.921,66	R\$ 92.764,98	CR VINCULADA AO ITEM 86
----	---	--	---	---------	-----------	---------------	-------------------------

Especificação: Poste de concreto circular, 14 m comprimento, 1500 daN, Topo= 290mm, Base= 570 mm. Com serviço de implantação, perfuração do solo de 2,00 à 2,50 metros, instalação do poste, com camada de concretagem de 35 cm de altura.

88	TUBO ELETRODUTO AÇO GALVANIZADO 1.1/2 - 3 M		10	UNIDADE	137,55	1.375,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
----	---	--	----	---------	--------	----------	-----------------------

Total R\$: 2.299.225,94

Valor por Extenso: dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos.





ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrita no CNPJ nº ____/____-____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (Órgão Expedidor + Estado) e do CPF nº ____-____-____, DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cidade – Estado, ____ de _____ de 2024.

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ.: ____/____-____.

[REPRESENTANTE LEGAL]

CPF.: ____-____-____.

Cargo

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)





ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrita no CNPJ nº _____._____/____-____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (Órgão Expedidor + Estado) e do CPF nº _____._____-____, DECLARA, para fins legais, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei nº Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar e no art. 4º da Lei nº 14.133/21.

Cidade – Estado, ____ de _____ de 2024.

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ.: _____._____/____-____.

[REPRESENTANTE LEGAL]

CPF.: _____._____-____.

Cargo





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrita no CNPJ nº ____/____-____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (Órgão Expedidor + Estado) e do CPF nº ____-____-____, DECLARA que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cidade – Estado, ____ de _____ de 2024.

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ.: ____/____-____.

[REPRESENTANTE LEGAL]

CPF.: ____-____-____.

Cargo





ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E VERACIDADE

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrita no CNPJ nº ____/____-__, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (Órgão expedidor + Estado) e do CPF nº ____-____-____, DECLARA que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Cidade – Estado, ____ de _____ de 2024.

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ.: ____/____-____

[REPRESENTANTE LEGAL]

CPF.: ____-____-____

Cargo





ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrita no CNPJ nº _____._____/_____-_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (Órgão expedidor + Estado) e do CPF nº _____._____-_____, DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cidade – Estado, ____ de _____ de 2024.

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ.: _____._____/_____-____.

[REPRESENTANTE LEGAL]

CPF.: _____._____-____.

Cargo





ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrita no CNPJ nº _____._____/____-____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (Órgão expedidor + Estado) e do CPF nº _____._____-____, DECLARA que cumpre a proposta econômica apresentada compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade – Estado, ____ de _____ de 2024.

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ.: _____._____/____-____.

[REPRESENTANTE LEGAL]

CPF.: _____._____-____.

Cargo





**ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI FAZEM O [ÓRGÃO CONTRATANTE] E A EMPRESA:

_____.

A Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXX de Curionópolis - PA, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representado neste ato pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Secretário (a) Municipal e, de outro lado, doravante designado simplesmente CONTRATADA, a empresa, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº _____.____./____-____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (Órgão Expeditor + Estado) e do CPF nº _____.____.____-____, de acordo com a representação legal que lhe é de direito, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato para: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM INTUITO DE ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CURIONÓPOLIS/PA, conforme estabelecido no Edital do Pregão Eletrônico nº 9.2024-005-PMC, e mediante as cláusulas e condições que reciprocamente estabelecem e vão a seguir mencionadas e a Proposta apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo Administrativo nº 021/2024-PMC, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM INTUITO DE ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CURIONÓPOLIS/PA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;





1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação iniciar-se-á a contados da data de assinatura até 31 de dezembro.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ __. __, __, __ (valor por extenso).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.





8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade, via sítios eletrônicos oficiais, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;





- 9.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.18.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.20.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.





9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Os produtos deverão ter garantia mínima de acordo com as descrições dos itens, a contar da data de entrega definitiva, que deverá estar expresso e comprovados nos documentos ou embalagens e o fornecedor também deverá oferecer prazo para troca ou substituição de materiais violados fora da validade por igual período.

10.2 DA GARANTIA CONTRATUAL

10.2.1. Haverá exigência de garantia contratual da execução do contrato.

10.2.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade Pregão, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

10.2.3. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

10.2.3.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

10.2.3.2. seguro-garantia;

10.2.3.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.2.4. Se a opção for na modalidade seguro-garantia, será com cláusula de retomada, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente ao percentual estabelecido no item **10.2.2** deste instrumento, do valor do contrato.

10.2.4.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

10.2.4.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- a) Acompanhar a execução do contrato principal.
- b) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- c) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pelo fornecimento.





10.2.4.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

10.2.4.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

10.2.4.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.

b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

10.2.5. O prazo para a apresentação da garantia será de no máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato.

10.2.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.2.9 deste instrumento.

10.2.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.2.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.2.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.2.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.2.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.2.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.2.10, observada a legislação que rege a matéria.

10.2.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na [INDICAR BANCO DA CONTRATANTE], com correção monetária.





10.2.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.2.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.2.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.2.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.2.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.2.18. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.2.18.1. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

10.2.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.2.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.2.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.2.22. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.2.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a trinta dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.





11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).





11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021) e no Cadastro Municipal de Empresas Punidas – CMEP.

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: __ - _____.

PROJETOS / ATIVIDADES: ._. - _____.

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: ._. ._. ._. ._. - _____.

SUBELEMENTO: ._. ._. ._. ._. - _____.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Cidade de [MUNICÍPIO], com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Curionópolis, ___ de _____ de 2024

[ÓRGÃO CONTRATANTE]

CNPJ: _____._____/_____-__

CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome do Representante

Função na Empresa

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ . CPF: _____._____-__

2. _____ . CPF: _____._____-__





ANEXO X
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.2024-005-PMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024-PMC

No dia __ de _____ de 202_, a Prefeitura de Curionópolis, tendo como interveniente ao Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX, neste ato denominado Órgão Gerenciador, com sede na xxxxxxxxxxxxxx representado neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXX. RESOLVE registrar os preços ofertados pela Beneficiária da Ata, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____.____/____-____, situada na [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP] por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (Órgão Expeditor + Estado) e do CPF nº _____.____.____-____ de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/21 e Decreto Federal 11.462/2023, e das demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.
- 1.2. Os preços registrados e as quantidades máximas a serem contratados por meio de contratos ou instrumentos equivalentes derivados desta Ata de Registro de Preços, previstos na legislação vigente, são os que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

- 1.3. Essas quantidades são as estimativas máximas das necessidades e/ou possibilidades anuais dos produtos objeto desta Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação do órgão gerenciador, na contratação da totalidade dos itens e nem das quantidades indicadas.
- 1.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 1.5. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços dependerão da disponibilidade orçamentária e financeira, da necessidade e da liberação do setor competente por parte da contratante.
- 1.6. As especificações dos produtos do objeto e as demais condições de execução são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital e na proposta apresentada pela Beneficiária da Ata.





1.7. A localização precisa, os prazos e as condições específicas do fornecimento dos produtos estarão indicados na ordem de compras. A ser emitida pelo contratante, quando da efetiva aquisição dos produtos.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços que será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. O órgão gerenciador não será obrigado a firmar as contratações.

2.3. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata.

2.4. A vigência dos eventuais contratos oriundos dessa ata será definida no momento de solicitação da contratação, devendo ser observado o período de vigência da ata de registro de preços.

2.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ASSINATURA DA ATA

3.1. A Beneficiária da Ata terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para assinar o(s) contrato(s), retirar a ordem de compras ou a nota de empenho, contados da convocação.

3.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.3. A Beneficiária da Ata convocada que não comparecer para assinar o(s) contrato(s), retirar a ordem de compra ou a nota de empenho, no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital e na Lei 14.133/21 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão de órgãos não participantes desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

5.1. Os preços inicialmente registrados e os contratos deles decorrentes são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado do certame, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

5.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





5.3. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão sofrer alteração em qualquer tempo em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e, ainda, decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

5.4. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

5.5. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.6. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.7. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.8. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

a) Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço

registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Edital, Termo de Referência e demais anexos do Processo Administrativo nº 021/2024-PMC, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos nos termos do Edital, Termo de Referência e demais anexos do Processo Administrativo nº 040/2024-PMC, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.





e) Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

f) O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021; ou

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade superior da contratante.

6.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nos casos de interesse público, cancelamentos de todos os preços registrados ou a pedido do fornecedor em caso fortuito ou de força maior.

6.5. Fica a cargo da administração, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos ou na ocasião de cancelamento, chamar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

6.6. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.





CLÁUSULA SÉTIMA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

- 7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preço.
- 7.2. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.
- 7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também participante para efeito de remanejamento.
- 7.4. Caberá ao órgão autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento dos produtos, tais como especificações, os prazos, as obrigações da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano e da Beneficiária da Ata, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital da licitação e seus anexos, em especial o Termo de Referência, e na proposta apresentada pela Beneficiária da Ata.
- 8.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano e Beneficiárias da Ata.

Curionópolis, __ de _____ de 2024.

[ÓRGÃO GERENCIADOR]

CNPJ: _____._____/____-____

Órgão Gerenciador

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome do Representante

Função na Empresa

Beneficiária





ANEXO XI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREÇO DE VENDA POR PRODUTO	
QTD.	1
(ML) MARGEM DE LUCRO	0,00%
(SN) ALIQUOTA SIMPLES NACIONAL	0,00%
PIS	0,00%
COFINS	0,00%
ICMS/ISS	0,00%
IRPJ	0,00%
CSLL	0,00%
FRETE	0,00%
SEGURO	0,00%
OUTRAS DESPESAS	0,00%
(ST) SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	0,00%
IPI (somente p Industria)	0,00%

ÍNDICE	VALORES	FÓRMULA SIMPLES NACIONAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	UNITARIO COM LUCRO	TOTAL COM LUCRO
RESUMO		SIMPLES NACIONAL	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO
(PV) PREÇO DE VENDA		SIMPLES NACIONAL				
CUSTO	R\$ -	PV = CUSTO / (1- ALIQ. SN - ML)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		FÓRMULA LUCRO PRESUMIDO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	UNITARIO COM LUCRO	TOTAL COM LUCRO
		LUCRO PRESUMIDO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO
		PV = CUSTO / (1- ALIQ. PIS - ALIQ. COFINS - ALIQ. ICMS - ALIQ. IRPJ - ALIQ. CSLL - ML)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		FÓRMULA LUCRO REAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	UNITARIO COM LUCRO	TOTAL COM LUCRO
		LUCRO REAL	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO
		PV = CUSTO / (1- ALIQ. PIS - ALIQ. COFINS - ALIQ. ICMS - ALIQ. IRPJ - ALIQ. CSLL - ML)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -





ANEXO XII

MODELO DE CADASTRO DE RESERVA

Ao
Pregoeiro da Prefeitura de Curionópolis

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.202X-XXXPMC -.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024-PMC.

Objeto: [XXX OBJETO XXX].

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste CADASTRO RESERVA a: [XXX OBJETO XXX], para atender as necessidades dos Órgãos Solicitantes, conforme quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência-Anexo I do Edital, condições contidas na Ata de Registro de Preços, cujos termos são parte integrante deste instrumento, para os itens neste Cadastro elencados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EMPRESA REGISTRADA

Dados da Empresa:		
Razão Social:		
CNPJ/CGC nº:	Inscrição Estadual nº:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	e-mail comercial:	
Banco:		
Agência nº:	Conta nº:	

Dados do responsável pelo Cadastro de Reserva:		
Nome Completo:		
CPF Nº:	RG Nº:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	e-mail comercial:	
Cargo/Função que exerce na empresa:		





CLÁUSULA TERCEIRA – DO CADASTRO RESERVA

Item	Descrição / Especificação	Marca / Fabricante	Qtd.	Und.	Unit.	Total	Classificação dos Itens
XXX	** deve o proponente especificar o objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características do produto/serviço e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

VALOR TOTAL: XXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) (Valor em algarismo e por extenso)

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CADASTRO RESERVA

4.1. Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas na Ata de Registro de Preços serão observadas pelas empresas registradas no Cadastro Reserva.

4.2. As sanções descritas na cláusula XII da Ata de Registro de Preços, também se aplicam às integrantes do cadastro de reserva que convocadas não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

Curionópolis, ____ de ____ de 2024

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Nome, Função na Empresa
Assinatura do Representante Legal da Empresa

